

## FINANCIAMENTO



Reuters

**O MINISTRO DA CASA CIVIL, RUI COSTA, AFIRMOU QUE O GOVERNO DARÁ CONDIÇÕES DIFERENCIAIS DE FINANCIAMENTO** aos produtores e empresários do Rio Grande do Sul que foram prejudicados com as chuvas que atingem o Estado nas últimas semanas. Aos de pequeno porte, o financiamento será por subvenção; já aos maiores, será por Fundo Garantidor. De acordo com o chefe da Casa Civil, será criada uma governança específica para se fazer a diferenciação de financiamento. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que os recursos do governo federal são para suprir as necessidades vitais do Brasil, na esteira do anúncio de R\$ 1,7 bilhão do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Seleções voltado à prevenção de deslizamentos de encostas. **PÁGINA 8**

Ministro espera que as taxas juros continuem caindo neste ano

## Haddad: preços vão cair com a reforma tributária

O ministro ressaltou que o próximo Plano Safra terá mecanismos para que Estados diversifiquem sua produção e não dependam apenas de um produto

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira, 8, que espera que o preço dos alimentos caia a partir dos efeitos da reforma tributária sobre o consumo, aprovada pelo governo neste ano. Ele citou que os itens que compõem a cesta básica receberam um "tratamento especial", com alíquota zerada para produtos essenciais. "E os que estão fora da cesta básica, mas que são alimentos, vai haver o cashback, para as pessoas que estão no CadÚnico", acrescentou o ministro. Haddad traçou um paralelo da agricultura com a rede elétrica em

termos de interligação. Segundo ele, há ramais diferentes de transmissão para justamente não haver um problema generalizado se houver um dano local. "Temos que pensar em algo parecido para alimentação. Tem que respeitar o bioma e o que se pode produzir ali, mas vimos como foi o caso do arroz no fim do ano passado", disse, lembrando que mesmo o aumento da importação para tentar regular preço, poderia aumentá-lo. O ministro enfatizou que se vive hoje em um mundo "muito desafiador" e que era raro ver um Estado sofrer o que o Rio Grande do Sul vem sofrendo há anos: enchentes enormes após anos de seca. **PÁGINA 2**

## ONDAS DE CALOR

### Brasil teve 12 eventos climáticos extremos

Um golpe duplo causado pelo El Niño e pelas mudanças climáticas atingiu a América Latina e o Caribe em 2023. No Brasil, foram registrados 12 eventos climáticos extremos, sendo nove deles considerados incomuns e dois sem precedentes. Cinco ondas de calor, três chuvas intensas, uma onda de frio, uma inundação, uma seca e um ciclone extratropical foram reportados para a OMM. **PÁGINA 5**

## MORO

### PGE defende que TSE mantenha mandato

**PÁGINA 7**

## LUCRO



Divulgação

**A AMBEV REGISTROU LUCRO DE R\$ 3,804 BILHÕES** no primeiro trimestre de 2024, montante 0,04% menor do que o apurado um ano antes. A empresa também divulgou lucro líquido ajustado, de R\$ 3,817 bilhões, leve queda de 0,6% ante o mesmo período de 2023. A queda ocorreu "principalmente devido à menor dedutibilidade fiscal do JCP e das subvenções governamentais relativas aos impostos sobre vendas no Brasil. **PÁGINA 3**

## RAFAH

### Israel reabre passagem para entrada de ajuda

Os militares israelenses disseram na quarta-feira, 8, que reabriram a passagem de Kerem Shalom para Gaza, um terminal importante para a entrada de ajuda humanitária fechado no fim de semana depois que um ataque com foguetes do Hamas matou quatro soldados israelenses nas proximidades. **PÁGINA 5**

## EXPANSÃO

### Nubank ultrapassa 100 milhões de clientes

**PÁGINA 2**

## REDUÇÃO

### Copom reduz juros para 10,5% ao ano

A alta recente do dólar e o aumento das incertezas fizeram o Banco Central (BC) diminuir o ritmo do corte de juros. Por 5 votos a 4, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. **PÁGINA 3**



Agência Brasil

## POLUIÇÃO

### Câmara pode dispensar licença ambiental para as plantações de eucalipto no Brasil

**PÁGINA 6**

**IBOVESPA** 129.480,89 ↑ 0,21%

### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BRF SA ON ATZ NM	18,51	+11,17%	+1,86
MARFRIG ON NM	10,44	+11,18%	+1,05
LOJAS RENNERON NM	16,85	+5,78%	+0,92
ENGIE BRASILON ED NM	43,60	+4,48%	+1,87
MRV ON ATZ NM	7,44	+4,20%	+0,30

### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PACUCAR-CBDON NM	3,20	-5,88%	-0,20
PETZ ON ED NM	4,84	-6,02%	-0,31
TELEF BRASILON EJ	46,94	-5,63%	-2,80
AMBEV S/A ON	12,17	-3,41%	-0,43
EZTEC ON NM	14,61	-1,81%	-0,27

### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SUZANO S.A. ON NM	52,32	+0,27%	+0,14
VALE ON NM	63,99	-0,91%	-0,59
PETROBRAS PN EDR N2	41,27	+1,53%	+0,62
ITAUUNIBANCO PN EJ N1	33,28	+0,64%	+0,21
BRF SA ON ATZ NM	18,51	+11,17%	+1,86

## BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.056,39	+0,44%
S&P 500	5.187,67	-0,00058%
NASDAQ	16.302,76	-0,18%
DAX 30	18.498,38	+0,37%
FTSE 100	8.354,05	+0,49%
IBEX 35	11.152,90	+0,65%

## DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,090	5,091	↑ 0,47%

## PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 0,29%

## EURO

COMPRA	VENDA	%
5,470	5,470	↑ 0,36%

## LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,356	6,360	↑ 0,30%

## OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 378,92	2.308,91

## TRATAMENTO ESPECIAL

# Haddad garante que preços dos alimentos vão cair com a reforma

O ministro reforçou que “sabe do compromisso” do presidente Lula no combate à inflação e que o presidente está preocupado com a situação atual do preço dos alimentos, sobretudo, após o desastre

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira, 8, que espera que o preço dos alimentos caia a partir dos efeitos da reforma tributária sobre o consumo, aprovada pelo governo neste ano. Ele citou que os itens que compõem a cesta básica receberam um “tratamento especial”, com alíquota zerada para produtos essenciais. “E os que estão fora da cesta básica, mas que são alimentos, vai haver o cashback, para as pessoas que estão no CadÚnico”, acrescentou o ministro.

Haddad ainda reforçou que “sabe do compromisso” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no combate à inflação e que o presidente está preocupado com a situação atual do preço dos alimentos, sobretudo, após o desastre climático no Rio Grande do Sul. O ministro ainda pontuou que espera que a taxa básica de juro, a Selic, continue caindo para que se possa construir “uma economia saudável”.

Por causa da calamidade no Rio Grande do Sul, houve um pedido de adiamento por parte de alguns representantes de municípios, mas o ministro informou que haverá uma reunião com esses atores para negociar a questão da desoneração da folha de pagamentos.

Haddad ressaltou ainda que o próximo Plano Safra terá mecanismos para que Estados diversifiquem sua produção. “Precisamos de alguma diversificação e vamos ter de induzi-la para não ficarmos prisioneiros, para não ficar dependentes apenas de um produto”, disse.

Haddad traçou um paralelo da agricultura com a rede elétrica em termos de interligação. Segundo ele, há ramais diferentes de transmissão para justamente não haver um problema generalizado se houver um dano local.



Haddad: “temos que pensar em algo parecido para alimentação. Tem que respeitar o bioma e o que se pode produzir ali, mas vimos como foi o caso do arroz”

“Temos que pensar em algo parecido para alimentação. Tem que respeitar o bioma e o que se pode produzir ali, mas vimos como foi o caso do arroz no fim do ano passado”, disse, lembrando que mesmo o aumento da importação para tentar regular preço, poderia aumentá-lo. O ministro enfatizou que se vive hoje em um mundo “muito desafiador” e que era raro ver um Estado sofrer o que o Rio Grande do Sul vem sofrendo há anos: enchentes enormes após anos de seca. “Não há paralelo, não há precedente”, disse, lembrando que mais de 80% da produção de arroz do Brasil é produzida no Estado. “O que faz sentido, portanto, é ter diversificação da produção por Estado”, reforçou.

Outro ponto destacado por

Haddad é a retomada de estoques reguladores, que, segundo ele, foram abandonados durante o governo anterior, de Jair Bolsonaro. “Perdemos a capacidade de armazenamento”, disse, reforçando que é preciso que o governo aja com estratégia para diminuir a dependência.

Após a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apresentou uma nota de repúdio contrária à “judicialização da desoneração. A entidade prometeu atuar na Suprema Corte para garantir o benefício estimado em R\$ 11 bilhões por ano para esses entes subfederativos.

“Temos preocupação com isso, mas queremos nos sentar e negociar, como sempre fizemos”, afirmou Haddad. Ele vol-

tou a criticar a falta de atuação dos interessados no passado, alegando que nunca houve uma tentativa de negociação para tratar desse assunto com o ministério da Fazenda.

Agora, conforme o ministro, o CNM entregou “duas ou três propostas que fazem sentido”. Para Haddad, os textos são uma boa base para negociação. “Certeza que vamos chegar a um denominador comum”, previu.

Voltando a enfatizar a importância da união entre os Três Poderes, o ministro disse que a tragédia no Rio Grande do Sul mostrou que é possível fazer um trabalho conjunto de governo. Após vários atores dos diferentes Poderes sobrevoarem a região no domingo e terem encontro com o governador Eduardo Leite (PSDB), todos saí-

ram do episódio com o mesmo discurso, segundo o ministro.

“Aquele é a foto: não importa o tamanho do problema, vamos enfrentar juntos”, disse. “Está acima de disputas partidárias, tem a ver com ser humano”, acrescentou.

Haddad fez questão de enfatizar que houve muita aposta contra o Brasil assim que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ganhou a eleição. Ele citou que primeiro foi falado que o novo presidente não teria base parlamentar e, depois, que as contas estavam desorganizadas e que não haveria tempo suficiente para arrumá-las. Citando a “elite financeira” e dos Poderes, Haddad afirmou que, se esse grupo assim desejar, coloca o País em um curso de desenvolvimento sustentável. “Não é bicho

de sete cabeças”, garantiu.

O ministro deu destaque ao apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que estaria ajudando a agenda a avançar. Ele enfatizou que gostaria de ver e que há condições para a aprovação da regulamentação da reforma tributária ainda este ano.

Ao final da entrevista, Haddad disse que um ministro da Fazenda costuma ter dois papéis, que parecem ser contraditórios ou paradoxais. O primeiro é o de alertar sobre os riscos existentes e o segundo, o de dar esperanças à população. “O caminho é complicado, é um negócio difícil de lidar, mas estamos gradualmente convergindo para um diagnóstico do que precisa ser feito”, afirmou. “Não é simples partir de avaliações extremas para convergência política e ver todo mundo remando para o mesmo lugar, mas temos condições”, finalizou.

O ministro enfatizou que “muitos economistas liberais” são contra a renegociação de Estados, alegando que os governadores têm de arcar com as consequências da falta de entrega na área fiscal. “Temos outra compreensão”, disse.

Primeiro, afirmou, não se pode punir toda a população de um Estado e, depois, porque a dívida tem que ser viável. “Tudo tem jeito, mas tem que ser feito com critério, tem que seguir uma lógica”, argumentou.

Haddad foi questionado especificamente sobre a situação de Goiás. Para o ministro, o Estado apresentou uma recuperação fiscal “satisfatória”, o que levou o Ministério da Fazenda a pensar que poderia andar com próprias pernas fora do regime de recuperação fiscal (RRF).

“O governador (Ronaldo Caiado, União Brasil) tem sido generoso no diálogo conosco”, salientou Haddad, reforçando pensar que a recíproca também é verdadeira.

## DIGITALIZAÇÃO

# Nubank ultrapassa 100 milhões de clientes no Brasil, México e Colômbia

O Nubank ultrapassou a marca de 100 milhões de clientes, cerca de 11 anos após sua criação. A fintech tem atualmente 92 milhões de clientes no Brasil, seu primeiro e principal mercado, 7 milhões no México e cerca de 1 milhão na Colômbia. No final do ano passado, a base da fintech estava em 93,9 milhões de clientes.

O banco digital afirma que o crescimento da base após um lucro líquido de US\$ 1 bilhão em 2023 demonstra a solidez

de seu modelo de negócio, bem como a capacidade de ganhar escala. O ganho de proporção ajuda a diluir os custos, o que o Nubank tem afirmado que permite operar de forma mais rentável que os bancos tradicionais.

No Brasil, apenas três bancos têm mais clientes que o Nubank: o Itaú, com cerca de 100 milhões; o Bradesco, com 106,5 milhões; e a Caixa, com 151,9 milhões, e que sob esta métrica, é o maior banco da

América Latina. Os dados são do Banco Central e se referem ao primeiro trimestre deste ano, mas a base de usuários não necessariamente é formada apenas por clientes que efetivamente utilizam os produtos e serviços das instituições, o que também se aplica ao caso do Nubank.

Em ativos, métrica normalmente utilizada pelo mercado e pelos reguladores, o Itaú é o maior banco da região e do Hemisfério Sul, com R\$ 2,788

trilhões em ativos em março deste ano.

Lançado em 2013 no Brasil com um cartão de crédito sem tarifas, o Nubank levou dois anos para chegar a 1 milhão de clientes. O crescimento acelerou com o lançamento da conta digital sem tarifas, em 2017, e com o início da expansão internacional, com a abertura da filial mexicana em 2019.

Analistas afirmam que a fintech conseguiu fixar no Brasil

clientes de baixa renda que não eram atendidos pelos grandes bancos, ou que recebiam atendimento mais restrito. O sucesso do “modelo Nubank”, amplificado pelo surgimento de outras fintechs, fez os grandes bancos acelerarem sua digitalização e buscarem um modelo de negócio menos dependente das cobranças de tarifa.

“Em 2013, estabelecemos a meta ambiciosa de alcançar um milhão de clientes em cinco anos, o que parecia

quase impossível na época”, diz em nota o cofundador e CEO do Nubank, David Vélez. “Em uma década, ultrapassamos 100 milhões, o que é um testemunho da confiança que nossos clientes depositam em nós, e também do poder de um modelo de negócios verdadeiramente centrado no cliente.”

“Ser centrado no cliente é o que nos guia desde o início. Hoje, queremos que nossos clientes se vejam da maneira como nós os vemos: no centro de tudo”, afirma a cofundadora e diretora de Crescimento do Nubank, Cristina Junqueira.

Para comemorar a marca de 100 milhões de clientes, a fintech lançou uma campanha na Esphere, em Las Vegas, nos Estados Unidos. A maior tela de LED do mundo será utilizada para contar histórias de clientes.

**Diário DC** Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 LL nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

INFLAÇÃO

# Copom reduz juros básicos da economia para 10,5% ao ano

O índice em 12 meses está exatamente no teto da meta de inflação. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual

**A** alta recente do dólar e o aumento das incertezas fizeram o Banco Central (BC) diminuir o ritmo do corte de juros. Por 5 votos a 4, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Essa foi a sétima vez consecutiva que o Copom reduziu a Selic. No entanto, a velocidade dos cortes diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, desempateou a decisão ao votar por um corte de 0,25 ponto. Além de Campos Neto, votaram por essa redução os seguintes diretores: Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes, indicados pelo governo anterior. Votaram por uma redução de 0,50 ponto percentual os seguintes membros: Ailton de Aquino Santos, Gabriel Muricca Galipolo, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira, indicados pelo atual governo.

A taxa está no menor nível desde fevereiro de 2022, quando estava em 9,75% ao ano. De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes



Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, desempateou a decisão ao votar por um corte de 0,25 ponto na taxa Selic

seguidas, quando começou a ser reduzida.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic estava em 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e

o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em março, o indicador ficou em

0,16% e acumula 3,93% em 12 meses. Após um repique em fevereiro, a inflação desacelerou em março, por causa de alimentos, bebidas e transporte.

O índice em 12 meses está exatamente no teto da meta de inflação. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de infla-

ção de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,5% nem ficar abaixo de 1,5% neste ano.

No Relatório de Inflação divulgado no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve a estimativa de que o IPCA fecharia 2024 em 3,5% no cenário

base. A projeção, no entanto, pode ser revista na nova versão do relatório, que será divulgada no fim de junho.

As previsões do mercado estão mais otimistas que as oficiais. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 3,73%, abaixo portanto do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 3,76%.

A redução da taxa Selic ajuda a estimular a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais baixas dificultam o controle da inflação. No último Relatório de Inflação, o Banco Central aumentou para 1,9% a projeção de crescimento para a economia em 2024.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,05% do PIB em 2024.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

SUBVENÇÕES

# Ambev apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 3,804 bilhões

A Ambev registrou lucro líquido consolidado de R\$ 3,804 bilhões no primeiro trimestre de 2024, montante 0,04% menor do que o apurado um ano antes. A empresa também divulgou lucro líquido ajustado, de R\$ 3,817 bilhões, leve queda de 0,6% ante o mesmo período de 2023.

A queda ocorreu "principalmente devido à menor dedutibilidade fiscal do JCP e das subvenções governamentais relativas aos impostos sobre vendas no Brasil e ao impacto da desvalorização cambial da Argentina, mais do que compensando a melhora do resultado financeiro líquido e o crescimento do Ebitda ajustado".

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi de R\$ 6,534 bilhões, alta de 1,4% ante o primeiro trimestre de 2023 e de 12,4% no conceito orgânico.

Segundo a Ambev, o crescimento no Ebitda ajustado foi impulsionado por América Central e Caribe (CAC, +20,4%), Bebidas Não Alcoólicas Brasil (NAB Brasil, +17,7%), Cerveja Brasil (+13,6%) e América Latina Sul (LAS, +8,3%), mas

parcialmente compensado pelo Canadá (-0,7%).

Já a receita líquida totalizou R\$ 20,276 bilhões, queda de 1,2% em um ano, mas avanço de 4,5% no conceito orgânico. Neste último, o desempenho subiu devido ao crescimento da receita líquida por hectolitro (ROL/HL) de 4,3% na maior parte das unidades de negócios: NAB Brasil (+14,0%), CAC (+8,3%), Cerveja Brasil (+4,5%) e LAS2 (+3,5%), enquanto no Canadá diminuiu em 5,7%, impactada pela queda de volume.

Este foi o nono trimestre consecutivo de crescimento de dois dígitos do EBITDA Ajustado e o sexto trimestre consecutivo de expansão das margens bruta e EBITDA Ajustado.

O Brasil liderou o caminho mais uma vez. A execução consistente da

estratégia centrada no consumidor resultou em volumes recordes para um primeiro trimestre tanto em cerveja quanto em NAB. Em Cerveja, a Ambev superou a indústria estruturalmente mais saudável (que cresceu um dígito baixo), enquanto os preços médios ao consumidor ficaram ligeiramente acima



Divulgação

A Ambev disse que o crescimento no Ebitda ajustado foi impulsionado por América Central e Caribe

da inflação.

As marcas premium/super premium e core plus cresceram dois dígitos em volume, enquanto as marcas core cresceram um pouco acima

da indústria tradicional. Em NAB, as marcas sem açúcar (diet-light-zero)

cresceram mais de 20% pelo nono trimestre consecutivo, lideradas por Guaraná

Antarctica Zero e Pepsi Black.

Quanto às operações internacionais, o desempenho de CAC continuou a ser impulsionado pela estratégia comercial da República Domini-

cana, enquanto as indústrias em declínio na Argentina e no Canadá representaram maiores desafios.

E em termos de desempenho do fluxo de caixa, as atividades operacionais aumentaram quase R\$ 1,3 bilhão em relação ao 1T23.

O resultado financeiro líquido nos três primeiros meses deste ano ficou negativo em R\$ 405,9 milhões, apresentando uma melhora de R\$ 591,9 milhões em relação a igual intervalo de 2023.

Já a Anheuser-Busch InBev (AB InBev), maior cervejaria do mundo, divulgou que obteve lucro líquido de US\$ 1,09 bilhão no primeiro trimestre de 2024, menor do que o ganho de US\$ 1,64 bilhão apurado em igual período de 2023. O número ficou abaixo do consenso de mercado disponibilizado pela própria empresa, de lucro de US\$ 1,17 bilhão.

Na mesma comparação, o lucro líquido subjacente da empresa subiu de US\$ 1,31 bilhão para US\$ 1,51 bilhão. A receita da AB InBev, controladora da Ambev no Brasil, subiu para US\$ 14,55 bilhões no trimestre encerrado em março, de US\$ 14,21 bilhões um ano antes.

Já os volumes gerais de vendas caíram para 139,53 milhões de hectolitros no trimestre, ante 140,55 milhões de litros no mesmo intervalo de 2023, uma queda de 0,6%. O consenso dos analistas, porém, previa uma queda maior, de 1,0%.

**CASO BERTIN**

# Irmãos Batista fecham acordo com a CVM de R\$ 15,5 milhões

O valor da Bertin teria sido inflado para que os controladores da JBS recebessem de volta as ações

**A** Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aceitou uma proposta de acordo coletivo, no valor de R\$ 20 milhões, com Joesley e Wesley Batista, Gilberto Biojone Filho, Natalino Bertin e Silmar Roberto Bertin para encerrar processo relativo à incorporação da Bertin pela JBS. Os irmãos Batista pagaram R\$ 7,75 milhões cada.

Joesley e Wesley Batista foram acusados, na qualidade de acionistas controladores da Blessed Holdings LLC, de suposto abuso de poder de controle. Natalino Bertin e Silmar Roberto Bertin responderam na qualidade de administradores da Bracol Holding Ltda. Biojone respondeu na qualidade de representante legal da Blessed Holdings no Brasil. Os

três foram acusados de realizar operações fraudulentas e pagaram R\$ 1,5 milhão cada.

Antes da incorporação, em 2009, a Bertin tinha como acionistas a Bracol Holding (73,1%) e o BNDES Participações (26,9%). Depois, a família Bertin se tornou acionista da empresa controlada pela família Batista.

Como parte dos desenvolvimentos da operação, foi criada a Blessed Holdings, em Delaware (EUA), para a qual a Bracol Holdings cedeu cotas do Bertin Fundo de Investimento em Participações (Bertin FIP) por "valores simbólicos", de acordo com o parecer do Comitê de Termo de Compromisso (CTC) da CVM.

Conforme o parecer do CTC, "os valores simbólicos pagos à Bracol Holding pela Blessed Holdings evidenciam que o valor atribuído à Bertin foi muito supe-

rior ao valor real da companhia, razão pela qual a família Bertin teria aceitado ficar com apenas 14,7% do valor que lhe cabia na incorporação".

O valor da Bertin teria sido inflado para que, na sequência da incorporação, por meio de operações, em tese, fraudulentas, os controladores da JBS recebessem de volta as ações desta companhia atribuídas à controladora da Bertin.

Assim, ainda de acordo com o CTC, a Blessed Holdings teria sido um instrumento usado por Joesley e Wesley Batista para a realização de operações, em tese, fraudulentas entre eles e a Bracol Holding, esta última sob o comando de seus sócios administradores Natalino e Silmar Bertin. As operações teriam causado prejuízo aos acionistas minoritários da Bertin.



Joesley e Wesley Batista foram acusados, na qualidade de acionistas da Blessed Holdings LLC, de abuso de poder de controle

A suspeita de que a Blessed Holdings pertencia à família Batista veio a se confirmar em declarações de Joesley Batista em acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal. "A opção pela criação dessa estrutura no exterior Blessed Holding se deu em razão da urgência, visto que no Brasil a notória burocracia para sociedades empresariais impediria a conclusão do negócio que deve-

ria ocorrer em tempo muito exíguo", reproduz o parecer.

Esta não foi a primeira vez que os acusados tentaram encerrar o caso com um acordo. Em fevereiro do ano passado, o Colegiado rejeitou proposta feita pelos irmãos Batista e Biojone Filho. A proposta não incluía os demais acusados do processo. Em setembro de 2023, foram apresentadas novas propostas conjuntas por Joesley e Wesley

Batista, Biojone Filho, Natalino Bertin e Silmar Roberto Bertin.

Em nota, a J&F Investimentos diz que "fechou um termo de compromisso, sem assunção de culpa ou responsabilidade, que encerra discussões desnecessárias sobre uma operação realizada há mais de 15 anos. Essa operação também já havia sido analisada em procedimentos de investigação que não encontraram qualquer irregularidade".

**MENOR ALAVANCAGEM**

## BRF registra lucro líquido de R\$ 594 milhões

A BRF reportou um lucro líquido de R\$ 594 milhões no primeiro trimestre de 2024 e reverteu o prejuízo de R\$ 1,024 bilhão de igual período de 2023, segundo o resultado financeiro divulgado na terça-feira (7), depois do fechamento do mercado. A receita líquida da BRF foi de R\$ 13,378 bilhões, acréscimo de 1,5% ante igual período de 2023. A empresa apresen-

tou Ebitda ajustado de R\$ 2,117 bilhões, 248,8% superior ao do primeiro trimestre de 2023, com margem de 15,8%, aumento de 11,2 pontos percentuais.

No release de resultados, a BRF afirmou que os resultados foram impulsionados pela evolução da eficiência operacional, a contínua disciplina financeira e estrutura de capital otimizada. O seu programa de eficiência, o

BRF+ 2.0, apresentou captura de R\$ 438 milhões no período, com avanços nas principais frentes operacionais na comparação ano contra ano.

Assim, a companhia atingiu a menor alavancagem em oito anos, de 1,45 vez. Há um ano, era de 3,35 vezes. Já a sua dívida líquida caiu 41% no período de um ano, sendo de R\$ 9,016 bilhões no fim de março

de 2024. A companhia também informou geração de caixa livre de R\$ 844 milhões. No primeiro trimestre de 2023, a empresa havia apresentado consumo de caixa de R\$ 1,002 bilhão.

A BRF relatou que a margem Ebitda no Brasil foi de 15,1%. Fora do Brasil, a margem Ebitda da companhia foi de 16,9%. Segundo a companhia, tal resultado foi possível

ao avançar na estratégia de diversificação de mercados, com a conquista de 25 novas habilitações para exportações - que se somam às 66 do ano passado. Outra razão para o desempenho foi o bom desempenho na Turquia e nos países do Golfo, potencializado pelo efeito sazonal das celebrações do Ramadã e pela recuperação de preços de exportação com

novas alternativas comerciais.

A companhia comercializou 1,153 milhão de toneladas de produtos de janeiro a março deste ano, um recuo de 1,9% em comparação com o volume de 1,176 milhão de toneladas de um ano antes. No segmento Brasil, a receita operacional líquida foi de R\$ 6,152 bilhões, queda de 4% em comparação com igual intervalo do ano passado. Além disso, o preço médio dos produtos caiu 2,8%, para R\$ 11,91 o quilo. Já no segmento internacional, a receita líquida foi de R\$ 6,484 bilhões, alta de 5,5%.

**DIREITO EMPRESARIAL**

## A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E A CONTINUIDADE DA EMPRESA

por **Cesar Fueta**



Pós-graduado em direito empresarial e direito digital, mestrando em análise econômica do direito, advogado de empresa pública e sócio do escritório Valadares e Fueta Advogados

**A DISSOLUÇÃO DE UMA** sociedade limitada pode gerar graves crises entre os sócios simplesmente pela falta de uma organização prévia, com regras para a constituição da empresa e para a sua dissolução. Normalmente, os problemas de encerramento das sociedades decorrem da falta de atenção às disposições legais e à ausência de cláusulas contratuais pré-estabelecidas entre os sócios. Neste artigo, vamos abordar a continuidade da empresa que merecem atenção dos empresários para uma dissolução justa e eficaz, que assegure a continuidade da empresa com os sócios remanescentes. Destacaremos, em última análise, a importância de um contrato social bem redigido para evitar litígios e garantir o prosseguimento da atividade empresarial.

**O CONTRATO SOCIAL É O** documento principal para regulamentar o desenvolvimento da atividade empresarial. Apesar de sua importância, muitos empresários negligenciam sua elaboração cuidadosa e adotam cláusulas genéricas que não condizem com o modelo de negócio estabelecido. É preciso lembrarmos que este documento regula as interações entre sócios e estabelece o caminho para a resolução de conflitos potenciais, incluindo a saída de sócios ou a dissolução completa da sociedade. Aspectos como a morte de um sócio, sua incapacidade ou atos de má-fé são delicados e, se não forem previamente considerados no contrato, podem desencadear disputas judiciais, tradicionalmente lentas e custosas - tudo que uma empresa não precisa. Portanto, podemos destacar que o contrato deve especificar se os herdeiros de um sócio falecido podem ingressar na sociedade ou se os sucessores têm apenas o direito de

receber os valores decorrentes da participação do sócio falecido, prevenindo a entrada indesejada de terceiros.

**ALÉM DISSO, A INCAPACIDADE** de um sócio e a possibilidade de um curador representá-lo também devem ser claras no contrato para manter a estabilidade operacional e a harmonia interna. A confiança é a base de qualquer relação empresarial que pretenda ser longa e produtiva, especialmente em sociedades limitadas em que as decisões mais relevantes são frequentemente tomadas por consenso ou maioria. Nesse sentido, a previsão de expulsão de sócios por falta grave sem a necessidade de processos judiciais mostra-se não apenas prática, mas essencial para a salvaguarda da integridade empresarial.

**ALÉM DESTES PONTOS, É** comum que a divergência entre sócios decorra do fato de que alguns trabalham enquanto outros não desempenham atividades na sociedade. Neste aspecto, é imprescindível lembrarmos que a obrigação essencial de qualquer sócio é a realização de um investimento na empresa. No entanto, não é obrigação do sócio exercer alguma atividade ou trabalhar na sociedade. Por isso, é fundamental separar o investimento do trabalho. Enquanto todos os sócios devem contribuir capital, não necessariamente todos estarão envolvidos no dia a dia operacional da empresa. O contrato social deve, portanto, especificar claramente quem são os sócios operacionais e suas compensações, normalmente através de pró-labore, distinto da partilha de lucros que pertence a todos.

**A DIFERENÇA ENTRE O** pagamento do pró-labore e da divisão de lucros

não é o foco deste artigo, mas pela sua importância merece um breve comentário: o pró-labore é uma remuneração destinada exclusivamente aos sócios que efetivamente exercem atividades operacionais na empresa, uma compensação pelo trabalho realizado por eles. Já a divisão dos lucros corresponde à distribuição dos ganhos da empresa entre todos os sócios, independentemente do seu envolvimento nas operações diárias.

**ESSA DIFERENCIAÇÃO É** fundamental porque os pagamentos mensais destinados como pró-labore não devem ser confundidos com a divisão de lucros. A atribuição incorreta pode levar a potenciais conflitos entre sócios sobre a natureza dos pagamentos recebidos. Observamos que uma das maiores causas de dissolução de sociedade é o argumento de que algum dos sócios não trabalha. Como vimos, o investimento não se confunde com o trabalho. Logo, é essencial que o contrato social especifique claramente quais sócios exercem atividades na empresa e que, portanto, tem o direito ao pagamento de pró-labore, diferenciando dos sócios que não trabalham para a empresa, mas lembrando que todos têm direito à percepção dos lucros.

**QUANDO A EXCLUSÃO DE** um sócio se faz necessária, o procedimento estipulado no Código Civil e no contrato social precisam ser rigorosamente seguidos, oferecendo ao sócio que se pretende excluir da sociedade a oportunidade de defesa.

**DESTACAMOS NESTE PONTO** que se a sociedade contiver apenas dois sócios, sendo um deles majoritário, a própria lei dispensa a necessidade de

realização de assembleia ou reunião prévia para a exclusão do minoritário.

**SE O CONTRATO SOCIAL** não contiver previsão específica sobre a exclusão de um sócio por justa causa, será necessário o ajuizamento de processo judicial. Nesta demanda, o autor precisará demonstrar que o sócio que se pretende excluir cometeu falta que coloca em risco a continuidade da sociedade.

**A EXCLUSÃO DE UM SÓCIO** majoritário também é viável. Nesta situação, também é necessário ajuizar um processo judicial e demonstrar a falta grave cometida, por meio de comportamentos ou decisões que prejudicam gravemente a continuidade da empresa. Logo, é preciso comprovar por meio de evidências concretas e robustas que a conduta do sócio em questão constitui uma falta grave o suficiente para justificar seu afastamento.

**PARA EVITAR O AJUIZAMENTO** de um processo, caso o sócio minoritário esteja em desacordo com as decisões tomadas pelo sócio majoritário, é importante que sejam avaliadas outras opções. Uma delas é exercer o direito de se retirar da sociedade. Outra possibilidade é buscar a negociação da compra da participação por outros sócios.

**A DISSOLUÇÃO DE UMA** sociedade, portanto, não deve ser vista apenas como o fim da sociedade, mas como uma transição que, se bem administrada por meio de negociação e planejamento prévios e adequados, assegura a longevidade da atividade empresarial. Logo, o ponto principal para uma dissolução amigável, sustentável e eficiente está em um contrato social pensado e negociado com antecedência.

DESLOCAMENTO

# Israel reabre passagem para entrada de ajuda humanitária

## A operação iminente ameaça aumentar a distância entre Israel e seu principal apoiador, os EUA, que dizem estar preocupados com o destino dos palestinos

Os militares israelenses disseram na quarta-feira, 8, que reabriram a passagem de Kerem Shalom para Gaza, um terminal importante para a entrada de ajuda humanitária fechada no fim de semana depois que um ataque com foguetes do Hamas matou quatro soldados israelenses nas proximidades. Uma brigada de tanques israelense tomou a vizinha passagem de Rafah, entre Gaza e o Egito, na terça-feira cedo, e ela permaneceu fechada, mas essa incursão limitada não parece ser o início da invasão em grande escala da cidade sulista lotada que Israel prometeu repetidamente.

A operação iminente ameaça aumentar a distância entre Israel e seu principal apoiador, os Estados Unidos, que dizem estar preocupados com o destino de cerca de 1,3 milhão de palestinos amontoados em Rafah, a maioria dos quais fugiu dos combates em outros lugares. Israel afirma que Rafah é o último reduto do Hamas e que uma ofensiva mais ampla é necessária para desmantelar as capacidades militares e de governo do grupo.

Os EUA suspenderam um carregamento de bombas para Israel na semana passada devido a preocupações de que Israel estivesse se aproximando de uma decisão sobre o lançamento de um ataque em grande escala a Rafah, disse um alto funcionário do governo Biden na terça-feira.

Enquanto isso, os EUA, o Egito e o Qatar estão intensificando os esforços para fechar as lacunas de um possível acordo para um cessar-fogo pelo menos temporário e a libertação de alguns dos inúmeros reféns israelenses ainda em poder do Hamas. Israel vinculou a ameaça de operação em Rafah ao destino dessas negociações.

A passagem de Rafah tem sido um canal vital para a ajuda humanitária desde o início da guerra e é o único lugar por onde as pessoas podem entrar e sair. Israel agora controla todas as



A Faixa de Gaza não está recebendo qualquer ajuda humanitária desde o início de operações militares israelenses na passagem de fronteira de Rafah

passagens de fronteira de Gaza pela primeira vez desde que retirou as tropas e os colonos do território há quase duas décadas, embora tenha mantido um bloqueio com a cooperação do Egito durante a maior parte desse tempo.

Os jornalistas da Associated Press ouviram explosões esporádicas e tiros na área da passagem de Rafah durante a noite, incluindo duas grandes explosões na quarta-feira. Os militares israelenses relataram seis lançamentos de Rafah em direção à passagem de Kerem Shalom na terça-feira.

Enquanto isso, o Ministério da Saúde de Gaza disse que pelo menos 46 pacientes e feridos que estavam programados para sair na terça-feira para receber tratamento médico ficaram retidos.

As agências da ONU e os grupos de ajuda humanitária aumentaram a assistência humanitária nas últimas semanas, já que Israel suspendeu algumas restrições e abriu mais uma passagem no norte, sob pressão dos Estados Unidos, seu aliado mais próximo. Mas os trabalhadores humanitários dizem que o fechamento de Rafah, que é a única porta de entrada de combustível para

caminhões e geradores, pode ter graves repercussões.

A ONU diz que o norte de Gaza já está em um estado de "fome total".

A Faixa de Gaza não está recebendo qualquer ajuda humanitária desde o início de operações militares israelenses na passagem de fronteira de Rafah, ao sul da Faixa de Gaza.

O diretor de assuntos da Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa, afirmou em sua rede social na quarta-feira que houve bombardeios na área durante todo o dia. Segundo Scott Anderson, nenhum combustível ou suprimento entrou no enclave, o que é "desastroso para a resposta humanitária".

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, com a escalada em Rafah, centenas de famílias com crianças começaram a fugir de suas casas e abrigos para lugares que poderiam ser mais seguros.

A equipe do Unicef continua a atender às necessidades críticas das crianças na Faixa de Gaza, mas o acesso está se tornando cada vez mais difícil e perigoso.

Também em seu perfil nas redes sociais, o chefe humanitário da ONU, Martin Griffiths,

ressaltou que as equipes das Nações Unidas permanecem em Rafah, onde mais de 1 milhão de pessoas buscam abrigo, sendo 600 mil, crianças.

Para ele, as decisões tomadas e suas consequências no "sofrimento humano" serão lembradas por gerações.

Segundo o Ocha, milhares de famílias palestinas iniciaram novas viagens de deslocamento de Rafah para as áreas centrais da Faixa de Gaza após as operações militares de Israel nas áreas orientais da cidade.

Ruas da área oeste do enclave ficaram lotadas com milhares de carros e caminhões transportando pessoas deslocadas e suas tendas para serem instaladas no centro da Faixa de Gaza, em meio a um estado de tensão e ansiedade vivido pelos residentes.

A Unrwa reforça que "nenhum lugar é seguro em Gaza". As instalações da agência foram atacadas 368 vezes desde o início da guerra e pelo menos 429 pessoas deslocadas que estavam abrigadas nas estruturas da agência foram mortas.

O comissário-geral da Unrwa, Philippe Lazarini, publicou em sua rede social um vídeo em que mostra que a sede da agência em Jerusalém Oriental foi vítima

de um protesto convocado por um membro eleito do município.

Para ele, os atos são de "assédio, intimidação, vandalismo e danos à propriedade da ONU" e ocorreram sob a vigilância da polícia israelense. Lazarini lembra que é esperado que os países anfitriões, neste caso Israel, "protejam as instalações, as operações e a equipe das Nações Unidas em todos os momentos".

O chefe do Escritório de Direitos Humanos na Palestina, Ajith Sunghay, sobre o aumento da violência na Cisjordânia ocupada. Ele afirmou que a Forças de Defesa Israelense "está agindo como se houvesse um conflito armado" na área.

Ele explicou que a forma como as forças israelenses estão conduzindo operações na região "são geralmente usadas em um conflito armado, não na aplicação da lei".

Outro ponto de preocupação citado por ele são as restrições de movimento, prisões e detenções. Segundo Ajith Sunghay, as pessoas não podem se deslocar entre as cidades e comunidades dentro da Cisjordânia.

O representante da ONU afirma que isso teve um grande impacto na economia, nas estruturas familiares e na comunidade palestina em geral.

INFLAÇÃO

## Bolsas da Europa fecham em alta, com perspectivas de relaxamento

As bolsas da Europa fecharam em alta na quarta-feira, 8, observando a publicação de balanços no continente. Além disso, as perspectivas para a política monetária seguem impulsionando as ações na região, com os bancos centrais sinalizando o processo de relaxamento monetário. Em Londres, o FTSE 100 renovou sua máxima histórica de fechamento em mais uma sessão.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 0,33%, a 515,72 pontos. Em Londres, o FTSE 100 subiu 0,49%, a 8.354,05 pontos.

"O FTSE 100 continua atingindo novas máximas históricas, com a fraqueza da libra proporcionando ao índice um pequeno impulso", disse o diretor de investimentos da AJ Bell, Russ Mould. "Uma queda na moeda nacional é normalmente útil para o FTSE 100 porque aumenta o valor relativo dos seus ganhos dominantes no exterior", pontua.

Em Paris, o CAC 40 subiu 0,69%, a 8.131,41 pontos. Em Madri, o Ibex35 fechou em alta de 0,65%, a 11.152,90 pontos. Em Lisboa, o PSI 20 avançou 0,15%, a 6.726,20 pontos. A exceção foi Milão, onde o FTSE MIB caiu 0,27%, a 34.151,41 pontos.

Maior cervejaria do mundo, a AB InBev agradeceu em receita e volume de vendas no primeiro trimestre. No horário acima, a ação da empresa - que controla a brasileira Ambev - avançou 3,96% em Bruxelas. Observando a publicação, e a concorrente Heineken subiu 2,10% em Amsterdã, e a Carlsberg avançou 2,16% em Copenhague.

Já a Siemens Energy saltou 12,80% em Frankfurt, após a companhia de energia alemã voltar a lucrar e ampliar projeções para o ano. Na cidade, o DAX subiu 0,31%, a 18.488,07 pontos.

No noticiário macroeconômico, a produção industrial da Alemanha caiu 0,4% na comparação mensal de março, mas analistas previam queda maior.

Em relação à política monetária, o BC da Suécia, o Riksbank, cortou na quarta seu juro básico em 25 pontos-base, a 3,75%, e sinalizou que poderá reduzi-lo mais duas vezes durante a segunda metade do ano.

O Riksbank é apenas o segundo BC de uma economia rica e desenvolvida a iniciar um ciclo de relaxamento monetário após o salto inflacionário pós-pandemia de covid-19. O primeiro foi o BC da Suíça, em março.

O Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) define seu juro na quinta-feira, 9, mas não há expectativa de mudança.

O Banco Central Europeu (BCE), por sua vez, continua preparando o terreno para anunciar seu primeiro corte de juros em junho, visto que a inflação da zona do euro parece estar se encaminhando para a meta oficial de 2%.

O diretor do BCE Pierre Wunsch afirmou na quarta que, apesar das incertezas no radar, acredita que "há um caminho para começar a cortar juros neste ano". Outro dirigente, Robert Holzmann demonstrou confiança no início de cortes de juros em junho, mas alertou que "não vê razão" para reduzir as taxas de modo intenso, sucessivo e rápido.

As bolsas da Ásia e do Pacífico fecharam sem direção única na quarta-feira, 8, com as principais delas recuando em meio a preocupações com balanços corporativos e ajustes técnicos.

Liderando perdas na Ásia, o índice Nikkei caiu 1,63% em Tóquio, a 38.202,37 pontos, diante da fraca perspectiva de lucro de algumas grandes empresas do Japão, caso da Nintendo, cuja ação tombou -5,4%, e da Toyota (-0,6%). Também se destacaram em baixa no mercado japonês a Sony (-5%) e a Nomura Holdings (-3,4%).

CALOR INTENSO

# Brasil registrou doze eventos climáticos extremos em 2023

Um golpe duplo causado pelo El Niño e pelas mudanças climáticas atingiu a América Latina e o Caribe em 2023, de acordo com um relatório da Organização Meteorológica Mundial, OMM, lançado na quarta-feira.

No Brasil, foram registrados 12 eventos climáticos extremos, sendo nove deles considerados incomuns e dois sem precedentes. Cinco ondas de calor, três chuvas intensas, uma onda de frio, uma inundação, uma seca e um ciclone extratropical foram reportados para a OMM.

A secretária-geral da OMM, Celeste Saulo, afirmou que "infelizmente, 2023 foi um ano de riscos climáticos recorde na América Latina e no Caribe".

Segundo a agência, o El Niño e as mudanças climáticas induzidas pelo homem exacerbaram muitos eventos extremos, causando grandes impactos na

saúde, na segurança alimentar e energética e no desenvolvimento econômico.

Muitas ondas de calor intensas afetaram a região central da América do Sul no final de agosto a dezembro, causando temperaturas escaldantes em pleno inverno. Durante a segunda quinzena de agosto, as temperaturas em partes do Brasil ultrapassaram os 41 °C. A onda de calor atingiu Rio de Janeiro e São Paulo, as cidades mais populosas do país.

A onda de calor que atingiu a Amazônia em julho 2023 foi considerada sem precedentes e contribuiu para uma das piores secas já registradas. Segundo autoridades do Porto de Manaus, o nível do Rio Negro caiu para 12,70 m em 26 de outubro, o mais baixo já registrado desde que as observações começaram em 1902.

Outros rios importantes da

Amazônia, incluindo Solimões, Purus, Acre e Branco, sofreram quedas extremas em algumas regiões e secaram completamente em outras.

O calor intenso afetou também a vida selvagem. No Lago Tefé, mais de 150 botos cor-de-rosa foram encontrados mortos no final de setembro, com a temperatura da água atingindo um recorde de 39,1 °C.

Grandes incêndios florestais ocorreram nas regiões afetadas pelo calor no Paraguai, no Brasil e na Bolívia. Na Amazônia, foram registrados 22.061 focos de incêndio em outubro, o pior recorde para o mês desde 2008, resultando em fumaça intensa impactando toda a população de Manaus, estimada em 2 milhões de pessoas.

O segundo evento sem precedentes registrado no Brasil em 2023 foi um ciclone extratropical no Rio Grande do Sul,

que gerou chuvas volumosas, fortes rajadas de vento e causou impactos severos em muitas cidades.

Segundo a Defesa Civil, foram registradas 46 mortes, 46 desaparecidos e 340 mil pessoas afetadas. À medida que os rios inundavam, casas e pessoas eram arrastadas pela correnteza. As cidades mais afetadas estão na região do Vale do Taquari, como Muçum e Roca Sales. Um total de 92 municípios declararam estado de calamidade pública.

O relatório menciona também que pelo menos 65 pessoas perderam a vida após chuvas torrenciais provocarem enchentes e deslizamentos de terra na cidade de São Sebastião, no litoral do estado de São Paulo. De 18 a 19 de fevereiro, caíram 683 mm de chuva em 15 horas na cidade.

No estado do Acre, na Ama-

## IMPACTO AMBIENTAL

# Câmara pode dispensar licença para as plantações de eucalipto

Ao excluir a silvicultura da lista de atividades potencialmente poluidoras, o PL permite dispensar o licenciamento ambiental de produções em larga escala de culturas como o eucalipto e o pinus

**E**m meio à catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul (RS), a Câmara dos Deputados aprovou por 325 votos contra 128, na terça-feira (7), a urgência de projeto de lei que exclui a silvicultura da lista de atividades consideradas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, o que altera a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981).

Entre outras definições, a silvicultura compreende o cultivo de florestas plantadas para fins comerciais, como a produção de eucaliptos, pinus e mognos. Já o pedido de urgência aprovado permite que o tema seja pautado no plenário a qualquer momento, sem ter que passar pelas comissões da Casa.

O projeto gera divergência entre grupos do agronegócio e ambientalistas porque ele permite dispensar o licenciamento ambiental prévio para atividades da silvicultura. De acordo com o artigo 10º da Lei 6.938, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, tal licenciamento é exigido de negócios "utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores".

Ao excluir a silvicultura da lista de atividades potencialmente poluidoras, o PL permite dispensar o licenciamento ambiental de produções em larga escala de culturas como o eucalipto e o pinus, usados na fabricação de papel, celulose e madeira.

O consultor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA), Mauricio Guetta, argumenta que a silvicultura pode trazer impactos negativos ao meio ambiente, principalmente as plantações de grande porte, devido ao desequilíbrio hídrico e a perda da biodiversidade que podem causar.

"A proposta exclui a atividade de silvicultura do licenciamento ambiental. Com isso, mesmo empreendimentos de grande porte, com impactos até significativos ao meio ambiente, podem ficar sem controle algum e, pior, sem a adoção de medidas preventivas e de mitigação", destacou o especialista.

O Ministério do Meio Ambiente informou que a mudança enfraquece o sistema de gestão do meio ambiente e aumenta os riscos ambientais. A pasta acrescentou que o Ibama já se manifestou contra o PL 1.366.

"De acordo com o parecer do Ibama, as justificativas de burocracia excessiva e desincentivo à atividade não seriam solucionadas com a proposta, que apenas esvaziaria recursos para os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente realizarem controle e fiscalização de atividades", afirma a pasta.

Por outro lado, o autor do projeto, o ex-senador Álvaro Dias (Podemos-PR), justificou que a silvicultura é uma atividade benéfica ao meio ambiente. "Não se justificaria incluí-la no rol de atividades potencialmente poluidoras, o que significa submetê-la a um processo licenciamento ambiental burocrático e dispendioso que prejudica o desenvolvimento da atividade", destacou.

O projeto tem o apoio da Indústria Brasileira de Árvores (IBA) que, em nota, afirma que "o setor brasileiro de árvores cultivadas soma esforços para construir um país pautado por valores de uma economia de



A silvicultura compreende o cultivo de florestas plantadas para fins comerciais, como a produção de eucaliptos, pinus e mognos. O pedido de urgência aprovado permite que o tema seja pautado no plenário

## PRESERVAÇÃO

## Desmatamento na Amazônia registrou queda de 21,8% e no Pantanal, de 9,2%

Os dados consolidados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento por Satélite (Prodes), divulgados em Brasília na quarta-feira (8), apontam queda de 21,8% no desmatamento na Amazônia Legal, de 19,5% para área de não floresta do bioma e de 9,2% no Pantanal. As informações são referentes ao período entre os meses de agosto de 2022 e julho de 2023, em comparação ao ciclo anterior.

Para a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, os resultados positivos são resultado da relevância dada à política setorial pelo governo federal, que envolveu a condução da Casa Civil e a participação de 19 ministérios para tratar o tema com transversalidade. "Aí você cria uma sinergia positiva em que estados, municípios, todos vêm para a agenda, mas isso tem que ser política continuada", reforçou.

Os dados revelaram também uma queda maior nos 70 municípios prioritários para combate ao desmatamento na Amazônia Legal, com redução de 42% no período apurado. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que opera o Prodes, esses territórios concentraram 75% da derrubada de vegetação nativa em 2022.

O balanço consolidou a taxa anual de desmatamento em 9.064 quilômetros quadrados (km²) na Amazô-

nia Legal, com diferença de 0,7% em relação à divulgada em novembro de 2023, estimada em 9.001 km².

Durante a apresentação, foram antecipadas as informações sobre a série de alertas diários de desmatamento, acompanhada pelo Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), com uma redu-

ção de 55% no período de agosto de 2023 a abril de 2024, quando comparado ao mesmo período no ano anterior. "Isso mostra que essa tendência de queda se mantém para a Amazônia", explica o coordenador do programa Biomas Brasil, do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, Cláudio Almeida.

baixo carbono e cada vez mais sustentável". A medida foi criticada no plenário da Câmara dos Deputados por parlamentares que associaram a aprovação do texto à catástrofe ambiental do Rio Grande do Sul (RS). O deputado Bacelar (PL-BA) argumentou que a medida é



Marina Silva: "os resultados positivos são resultado da relevância dada à política setorial"

Pela primeira vez também foram apresentados dados da área de não floresta na Amazônia, que ocupa uma extensão de quase 28 mil km² e que anteriormente não era monitorada. Os dados revelaram a destruição de 584,9 km² dessa parte do bioma.

De acordo com Almeida, essa região também reúne espécies endêmicas, que só nascem no bioma, e representa uma área bastante extensa, equivalente a duas vezes o tamanho do Pantanal.

A taxa consolidada de desmatamento no Pantanal no período apurado é de 723 km², com concentração no município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, onde foi registrada 52,8% da destruição da vegetação nativa.

O avanço no combate ao desmatamento nos biomas brasileiros foi considerado positivo por Marina Silva. "Isso é fruto de uma ação de política pública com base em evidência e alocação de recursos em priorização e elaboração de estratégia."

O monitoramento realizado pelo Inpe há mais de 36 anos teve início na série histórica da Amazônia Legal, em 1988 e, para os demais biomas, no ano 2000. Os dados sobre o Cerrado foram divulgados em dezembro de 2023, quando a taxa de desmatamento foi consolidada em 11.011 km², e apontou um crescimento de 3% na destruição do bioma.

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

CALAMIDADE PÚBLICA

# Deputado apresenta projeto que destina verba de Itaipu para o RS

## O parlamentar propõe que parte do resultado da comercialização de energia de Itaipu que cabe ao Brasil seja usado para o enfrentamento da calamidade pública

O deputado Danilo Forte (União-CE) apresentou um projeto de lei na quarta-feira, 8, para destinar R\$ 400 milhões em recursos da usina de Itaipu Binacional para socorrer o Rio Grande do Sul, Estado que vive situação de calamidade pública devido a enchentes causadas por fortes chuvas nos últimos dias.

O parlamentar propõe que parte do resultado da comercialização de energia de Itaipu que cabe ao Brasil - a usina é dividida entre o País e o Paraguai - seja usado para o enfrentamento da calamidade pública no RS.

"Decorre disso que o socorro da União ao Estado demandará recursos em montante que estava fora das projeções mais pessimistas para as contas públicas brasileiras", diz Forte, na justificativa do projeto. O deputado tem apresentado uma série de alternativas para o envio de recursos ao RS sem impacto na meta fiscal do governo.

"Entendemos que o momento é crucial para unirmos todos os esforços, incluindo do Poder Público, para realocar valores da Usina de Itaipu que devem servir de ajuda humanitária de forma, a garantir o básico à população gaúcha, a desobstrução de vias, reparos em sistemas de drenagem e energização de áreas críticas, além de reforçar o suporte aos hospitais e serviços de emergência que operam com capacidade reduzida", afirma outro trecho da proposta.

Forte também já sugeriu a utilização de R\$ 1,5 bilhão do programa de recuperação socioambiental de Itaipu Binacional para o Rio Grande do Sul, além



Danilo Forte: "o socorro da União ao Estado demandará recursos em montante que estava fora das projeções mais pessimistas para as contas públicas brasileiras"

de propor uso de recursos da privatização da Eletrobras.

Na terça-feira, 7, o Senado aprovou um projeto de decreto legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no RS e permite que os gastos com o socorro ao Estado fiquem fora da meta fiscal. O texto já havia passado na Câmara e foi para promulgação do Congresso.

Há propostas também de destinar emendas para a recuperação do Rio Grande do Sul. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou a instalação

de uma comissão especial para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a reserva de 5% do valor disponibilizado às emendas de cada parlamentar para enfrentamento de catástrofes e emergências naturais.

Com a volta da chuva e vento forte, a prefeitura de Porto Alegre orientou que sejam suspensas temporariamente as operações de resgate com barcos. A recomendação foi divulgada às 14h.

O município prevê chuva de até 15 milímetros nas próximas

horas, ventos de até 80 km/h e raios em toda a região metropolitana.

A partir de quinta-feira (9), a previsão é de tempo frio e seco na maior parte do estado. As temperaturas devem cair, chegando a 4°C e 8°C nas regiões mais frias. Em Porto Alegre, a mínima deve ser de 12°C, conforme dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

Já chega a 100 o número de mortos em consequência das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul ao longo da última

semana. Segundo a Defesa Civil estadual, quatro óbitos estão sendo investigados para determinar se, de fato, foram causados por efeitos adversos das chuvas, como enxurradas, enchentes, inundações, deslizamentos e desmoronamentos.

Há ao menos 128 desaparecidos em todo o estado. O boletim divulgado ao meio-dia de quarta-feira (8) informa que cerca de 1,45 milhão de pessoas já foram afetadas pelas consequências das chuvas em 417 municípios gaúchos.

DESIGUALDADE

## CCJ do Senado aprova aumento de cotas raciais para concurso

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, na quarta-feira (8), por 17 votos favoráveis contra oito, o turno suplementar do Projeto de Lei 1.958, de 2021, que prorroga por mais 10 anos a política de cotas raciais para concursos públicos e processos seletivos para a administração pública federal, direta e indireta, incluindo fundações privadas e autarquias.

Como o projeto tramita em caráter terminativo, segue direto para análise da Câmara dos Deputados, sem precisar da aprovação do plenário do Senado. O tema terá que passar pelo plenário apenas se nove senadores apresentarem um recurso contra a matéria em até cinco dias úteis.

O projeto aprovado aumenta dos atuais 20% para 30% o total das vagas reservadas para cotas raciais, incluindo ainda os grupos dos indígenas e quilombolas. Atualmente, as cotas raciais para concursos alcançam apenas a população negra, que inclui pretos e pardos. A lei de cotas para concursos, de 2014, vence no dia 9 de junho.

O relator do projeto, senador Humberto Costa (PT-PE), rejeitou as quatro emendas apresentadas pelos senadores Sérgio Moro (União-PR), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Plínio Valério (PSDB-AM) e Rogério Marinho (PL-RN), que se manifestaram contra o projeto.

Para Costa, as emendas prejudicam a política de cotas raciais conforme previsto no projeto de lei. A CCJ ainda rejeitou todos os destaques apresentados pelos senadores contrários à matéria, mantendo o texto do relator Humberto Costa.

A única alteração aceita pelo relator foi uma mudança de redação para trocar a palavra "negro" por "preto e pardo" após manifestação do senador Plínio Valério, que defendeu que pardo não seria o mesmo que negro. "E, quando ele for atrás da bolsa e disser que é negro, ele vai ser vítima de discriminação e acusado de fraudador, porque ele não é negro", argumentou.

Humberto Costa explicou que a legislação prevê que negros são todas as pessoas que se declaram pretas ou pardas, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

"As pessoas que estão chateadas com essa possibilidade de serem consideradas negras, são negras", disse o relator, acrescentando que a discussão se trata de "uma concepção preconceituosa".

"Mas vamos fazer, porque o que interessa hoje é que a gente aprove essa definição", concluiu, aceitando a mudança de redação.

Parte dos senadores se opôs à matéria, principalmente sob o argumento de que as cotas deveriam ser apenas sociais, baseadas no nível de renda, e não com base na raça.

"Essa discussão de etnia eu acho que ela vai pelo lado errado, porque todos nós somos frutos da miscigenação. A discussão, na minha opinião, tinha que ser socioeconômica", defendeu o senador Carlos Portinho (PL-RJ).

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) argumentou, por sua vez, que a população negra sofre preconceitos e discriminações que a população não negra não sofre, o que justificaria a política pública de cotas raciais.

"É cômodo porque você não é julgado pela sua cor da pele. Porque ninguém atravessa a rua quando um homem branco atravessa a rua, mas seja um homem preto para você ver que, diuturnamente, as pessoas atravessam a rua para sequer cruzar com o homem negro. Essa é a realidade desse país desigual", afirmou.

GASTOS DE CAMPANHA

# PGR defende que TSE rejeite recursos e mantenha mandato de ex-ministro

A Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) defendeu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mantenha o mandato do senador Sérgio Moro (União-PR). O parecer foi enviado na terça-feira, 7, ao gabinete do ministro Floriano de Azevedo Marques, relator de recursos do PT e do PL contra o julgamento do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná que absolveu o senador.

Com a PGE jogando a seu favor, após a absolvição, Sérgio Moro entra no julgamento menos pressionado. A defesa ainda terá a oportunidade de apresentar seus argumentos.

A Procuradoria-Geral Eleitoral contraria o posicionamento do Ministério Público do Paraná, que foi a favor da cassação. A palavra final cabe agora ao TSE.

O tribunal ainda não tem data para julgar o caso, o que depende essencialmente do relator, que precisa liberar a ação para julgamento quando estiver com relatório e voto prontos, e da presidência, a quem compete acomodar o processo na pauta.

Advogados envolvidos no caso têm esperança de ver um desfecho antes das eleições, apesar da proximidade do pleito. Se for pautado ainda neste mês, o processo pode ser o último de grande repercussão na gestão do ministro Alexandre de Moraes.

Sérgio Moro responde por abuso de poder econômico, arrecadação ilícita e uso indevido dos meios de comunicação nas eleições de 2022. O pano de fundo é sua frustrada pré-candidatura a presidente. O TSE precisa decidir se as despesas no período deixaram o ex-juiz em posição desigual em relação aos concorrentes ao Senado.

Um dos pontos-chave do julgamento é o parâmetro que será usado para calcular os gastos de campanha. A definição sobre quais despesas seriam ou não de pré-campanha, para avaliar se houve ou não desequilíbrio na eleição, é controversa. O critério dividiu os desembargadores do Paraná.

A natureza dos gastos também vai influenciar a votação. Os ministros precisam decidir se despesas que não estão diretamente relacionadas com a campanha para obter votos têm ou não caráter eleitoral. É o caso, por exemplo, de valores desembolsados com segurança pessoal e escolta.

Outro ponto em aberto é se as despesas fora do Paraná, na pré-campanha a presidente, devem entrar no montante. Há um debate sobre a influência de eventos externos no eleitorado estadual.

O Podemos foi o primeiro partido a filiar Sérgio Moro quando o ex-juiz entrou oficialmente na vida político-parti-



Moro migrou ao União Brasil, após ver derreterem suas chances de vitória

dária. Ele migrou ao União Brasil, após ver derreterem suas chances de vitória na corrida presidencial, para lançar candidatura ao Senado. Entre os desembargadores do Paraná, prevaleceu a tese de que Moro só poderia ser condenado se ficasse provado que o movimento foi intencional, ou seja, que ele lançou pré-candidatura a presidente para ganhar maior visibilidade na campanha ao Senado. Os partidos, no entanto, defendem que o efeito da pré-campanha existe, independentemente de eventual premeditação.

A Procuradoria-Geral Eleitoral afirma no parecer enviado ao TSE que há um vácuo legislativo na regulamentação dos gastos pelos candidatos e partidos no período da pré-campanha e que o caso tem contornos particulares que, na avaliação do órgão, tornam desaconselhável a cassação.

Para o vice-procurador-geral Eleitoral Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, o TSE deve preferir uma "postura de menor interferência na escolha soberana das urnas".

A PGE também descarta que Sérgio Moro tenha, delibe-

radamente, simulado uma pré-candidatura presidencial para se beneficiar de um aumento artificial do limite de gastos eleitorais. Na avaliação do vice-procurador, a mudança de rumos se deu mais por "atabalhoamento" do que por estratégia. "Desse modo, não é dado cogitar de uma intenção preordenada de downgrade na candidatura, sobretudo porque a incapacidade de articulação política ou o insucesso no lançamento da candidatura não pode ser dimensionado como dolo eventual", diz um trecho da manifestação.

A Procuradoria defende que gastos fora do Paraná não devem ser considerados no julgamento, salvo de ficar provado que houve finalidade específica de convencer eleitores do Estado. O raciocínio deixa de fora a maior parte das despesas da pré-campanha.

"A interpretação indica que apenas devem ser considerados os gastos que envolveram a circunscrição do Paraná e foram individualizados ao pré-candidato ou, ainda, que tiveram finalidade de preparação do candidato para uma atividade de convencimento do eleitorado da circunscrição na qual o registro foi efetivado."

A PGE conclui dizendo que não há indicativos seguros de que houve excesso de gastos ou desvio e omissão de recursos.

## AUXÍLIO

# Governo anuncia crédito para atingidos por tragédia no RS

O ministro afirmou que para as grandes empresas, o governo usará o modelo de fundo garantidor para conseguir taxas de juros menores do que as do mercado

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo federal dará condições diferenciadas de financiamento de crédito aos produtores e empresários do Rio Grande do Sul que foram prejudicados com as chuvas que atingem o Estado nas últimas semanas. Aos de pequeno porte, o financiamento será por subvenção; já aos maiores, será por Fundo Garantidor.

"No desastre passado, nós fizemos com subvenção para aqueles segmentos mais necessitados, microempresas e pequenas empresas e rurais foi dado com subvenção, e vamos manter esse parâmetro", disse Rui Costa, em coletiva de imprensa na quarta-feira, 8, no Palácio do Planalto. "Para os pequenos, pequeno rural, pequeno urbano, será dado com subvenção. Para os maiores, será usado modelo de fundo garantidor, porque a gente que com fundo garantidor a gente consegue taxas muito, muito menores do que consegue no mercado, até porque o fundo garantidor é para tirar o risco da operação", detalhou.

De acordo com o chefe da Casa Civil, será criada uma

governança específica para se fazer tal diferenciação de financiamento.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que os recursos do governo federal são para suprir as necessidades vitais do Brasil, na esteira do anúncio de R\$ 1,7 bilhão do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Seleções voltado à prevenção de deslizamentos de encostas. De acordo com o chefe do Executivo, desde o início de seu atual mandato na Presidência, a gestão se dedicou boa parte do tempo para ajudar e enfrentar os problemas no Rio Grande do Sul.

"Quando fazemos investimento em encostas, estamos mais do que fazendo investimento em encosta, estamos garantindo que pessoas não mais vão morrer por conta de um deslizamento de terra em qualquer lugar deste País", disse.

A categoria "Prevenção a Desastres Naturais: Contenção de Encostas" do programa contará com R\$ 1,702 bilhão para a realização de obras de contenção de encostas em 91 municípios com problemas recorrentes de deslizamentos. Diante das enchentes que acometem o Rio Grande do



Lula: "quando fazemos investimento em encostas, estamos garantindo que pessoas não mais vão morrer com deslizamento"

Sul, o governo federal optou por contemplar todas as propostas de obras de contenção de encostas enviadas pelo Estado.

Lula afirmou que, para o governo federal, "custa caro sermos republicanos", mas reiterou que a presidência não pode achar que só pode destinar investimentos a aliados. "O dinheiro não é nem para amigo nem para adversário;

o dinheiro é para as necessidades vitais do povo brasileiro que continua sendo povo em qualquer cidade que mora, governado por qualquer partido político", defendeu.

O petista disse que o governo não se interessa com o partido político do governador nem se cidades votaram a favor ou contra ele; "têm o mesmo direito de receber benefícios do estado brasileiro".

O presidente fez questão de dedicar parte de sua fala à tragédia do Rio Grande do Sul. Segundo ele, em parte dos 15 meses de seu terceiro mandato, a gestão federal empregou esforços para ajudar e enfrentar problemas no Estado, como a seca em fevereiro do ano passado. "Grande parte dos recursos que foram arrumados foi do

governo federal, até porque compreendemos a situação difícil de finanças que vive o Estado."

Lula afirmou que, quando a situação das enchentes no Estado voltar "à normalidade", quer visitar o Rio Grande do Sul e os municípios atingidos para saber o que aconteceu de fato. "Estamos comprometidos que o Rio Grande do Sul receba do governo federal tudo o que o Estado tem direito", comentou.

Em sua avaliação, o que está acontecendo no Estado é um aviso a todos os seres humanos. "Temos que ter em conta que a terra está cobrando", disse.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a medida de estruturação de linhas de crédito especiais para a população do Rio Grande do Sul deve ser "ampla" em relação aos bens materiais que poderão ser financiados. Haddad não detalhou quais produtos estariam incluídos, mas disse que o momento exige uma providência "abrangente", permitindo uma avaliação posterior mais concreta sobre o que efetivamente será necessário.

"É amplo, primeiro, temos que fazer medida ampla para depois fazer avaliação concreta sobre o que vai precisar. Mas, assim, pelo que estamos vendo no noticiário, imagens deixam claro que muitas vezes estamos falando de reconstrução de uma vida toda. Precisamos ter muito cuidado, claro, acompanhamento, transparência, já falei que conversei com o presidente do TCU sobre isso, mas a tragédia exige providência mais abrangente", disse Haddad a jornalistas, ao ser questionado sobre que tipos de bens materiais estão sendo considerados.

## Coneção



POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

### Encontro sobre Liderança Feminina na ACRJ

Divulgação



A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) promoveu, no último dia 3, um debate sobre Liderança Feminina e empresas familiares que reuniu três mulheres que são referência em suas áreas de atuação: Kiki Moretti, fundadora e CEO do Grupo In Press de Comunicação, Ruth Katz de Castro Gelband, diretora geral da SH Formas e Andaimos, e Ylana Miller, Fundadora e CEO da Yluminarh. O encontro foi aberto pelo presidente do Conselho Superior da ACRJ, Ruy Barreto Filho. A iniciativa dos presidentes dos Conselhos Empresariais da Mulher, Michelle Novaes, e de Governança, Compliance e Diversidade, Humberto Mota Filho, com este encontro foi compartilhar as experiências das convidadas à frente de suas empresas e debater as boas práticas para a equidade de gênero. O evento contou com a presença de Leonardo Zylberman, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), no âmbito do termo de cooperação assinado este ano com a ACRJ. O IBGC foi responsável pela curadoria do evento.

### Seminário O Rio do Futuro debate vários temas

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro sedia desde terça-feira o Seminário O Rio do Futuro, que reúne representantes de entidades civis, entre elas a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), de autoridades governamentais e especialistas para debater sustentabilidade, mobilidade urbana e inovação tecnológica. No primeiro dia de evento, o tema foi Urbanismo. O evento termina nesta quinta-feira (9).

### IFes viabiliza coleta de mais de 37t de recicláveis

Apenas em seu primeiro ano de atuação, o Instituto Fecomércio de Sustentabilidade (IFes) contribuiu com a coleta de mais de 1,11 milhão de embalagens recicláveis de aço, alumínio, PET, longa vida, vidro e plástico nos equipamentos Retorna Machines – 70 máquinas de recebimento de recicláveis disponíveis em 18 municípios do Rio de Janeiro – e por coletas volantes. O montante equivale a 37 toneladas de resíduos recicláveis que ganharam destinação sustentável.

### Conselho Superior de Relações de Trabalho da Fiesp debate Segurança Jurídica

Everton Amaro/Fiesp

Segurança jurídica foi o assunto principal da reunião do Conselho Superior de Relações do Trabalho (Cort) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), presidido por Maria Cristina Mattioli, nesta terça-feira (7). Convidado para falar sobre o tema, o advogado Marcelo Terra, membro do Conselho Jurídico do Secovi-SP, discorreu sobre pontos como o princípio da legalidade, a análise econômica do direito e o ativismo judicial. Em sua explanação, Terra afirmou que o fato de as pessoas manifestarem preocupação com a insegurança jurídica é sintomático.



### Fiemg inaugura unidade da Escola Sesi em Cataguases, no Sul de Minas Gerais

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais inaugurou nesta terça-feira (7) a escola SESI Cataguases, com investimento de quase R\$ 11 milhões e parte da ampliação da Rede Sesi de Educação em Minas Gerais. A cerimônia contou com a presença do presidente da FIEMG, Flávio Roscoe; do presidente da FIEMG Regional Zona da Mata, Aurélio Marangon Sobrinho; do prefeito de Cataguases, José Henriques; e do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e presidente do Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica de Cataguases (SIEEL), Ricardo Mattos.

### FNP realiza reunião para acertar colaboração e doações ao Rio Grande do Sul

A solidariedade entre prefeitos e prefeitas de todo o país marcou a reunião realizada pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) nesta segunda-feira (6) para tratar das formas de colaboração para atender a tragédia enfrentada pelo Rio Grande do Sul, que vive a pior catástrofe climática de sua história. Durante uma reunião virtual com governantes locais de várias cidades do país, o presidente da FNP, Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju (SE), destacou a necessidade de um movimento organizado de solidariedade, além das iniciativas individuais já tomadas.

### BNDES financiará aquisição de 1034 ônibus elétricos e 1149 ônibus Euro 6

Divulgação

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará, com recursos do Fundo Clima e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a renovação da frota de ônibus em municípios brasileiros. De acordo com o banco de fomento, serão investidos, ao todo, R\$ 4,5 bilhões para aquisição de 1.034 ônibus elétricos e 1.149 ônibus Euro 6, que reúnem o que há de mais moderno no mundo em termos de eficiência energética e baixo consumo de combustível. A renovação da frota é uma das modalidades do Novo PAC Seleções, cujos municípios selecionados foram anunciados nesta quarta-feira (8), pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.









**VALE DO PARANÁ S/A - ÁLCOOL E AÇÚCAR**  
CNPJ nº 05.938.884/0001-43

**Relatório da Diretoria**

Senhores Acionistas, em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31.03.2024, acompanhado das Notas Explicativas. **Resultado do Exercício:** o lucro do exercício de R\$ 90.640.001,15, após a constituição da reserva legal de R\$ 4.532.000,06, apurou-se um lucro final de R\$ 86.108.001,09. O dividendo mínimo

obrigatório é de R\$ 21.527.000,27. O saldo remanescente de lucros acumulados de R\$ 64.581.000,82 foram destinados para a reserva de lucros/reserva estatutária operacional. Todos os assuntos relacionados ao Balanço, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras estas, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, serão discutidos na próxima Assembleia Geral dos Acionistas. **Agradecimentos:** Ao término de mais um ano,

agracecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada na Vale do Paraná S.A. Alcool e Açúcar.

Suzanápolis-SP, 30 de abril de 2024

**A Diretoria**

Balanço Patrimonial (Em milhares de Reais)			
Ativo	31 de março		Passivo Circulante
	de 2024	de 2023	
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	41	2.804
Aplicações financeiras	5	135.200	72.646
Contas a receber de clientes	6	6.930	1.158
Contas correntes - Cooperativa	7	17.753	-
Estoques	8	52.457	86.819
Ativo biológico	9	120.729	96.913
Impostos a recuperar	10	46.181	15.856
Outros créditos	11	7.169	10.621
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>386.460</b>	<b>286.817</b>	
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		702	567
Impostos a recuperar	10	7.358	20.052
Outros créditos	11	2.279	3.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	146.764	179.318
Investimentos	13	65.892	66.871
Imobilizado	14	613.475	519.168
Intangível	15	4.031	4.387
Direito de uso	16	298.180	224.382
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.138.681</b>	<b>1.018.361</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.525.141</b>	<b>1.305.178</b>	

Demonstração dos Resultados (Em milhares de Reais)			
Nota	31 de março		Total atribuível aos controladores
	de 2024	de 2023	
Receita operacional líquida	26	645.500	316.796
Mudança de valor justo de ativo biológico	9	(13.272)	4.676
Custo dos produtos vendidos	28	(441.172)	(279.161)
<b>Lucro bruto</b>	<b>190.516</b>	<b>42.311</b>	
Despesas administrativas e gerais	28	(22.475)	(20.896)
Despesas com vendas	28	(10.303)	(21.722)
Outros resultados operacionais	27	16.622	(8.338)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>	<b>174.360</b>	<b>(8.645)</b>	
Impostos e impostos	10	10.647	102.243
Receitas financeiras	28	(75.368)	(173.891)
Despesas financeiras	29	(64.721)	(71.648)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>13</b>	<b>13.762</b>	<b>12.495</b>
Participação nos lucros de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		123.401	(67.798)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>12</b>	<b>(32.761)</b>	<b>179.318</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		90.640	111.520
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>90.640</b>	<b>111.520</b>	

Demonstração dos Resultados Abrangentes (Em milhares de Reais)			
Nota	31 de março		Total
	de 2024	de 2023	
Outros resultados abrangentes			
Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting		(1.042)	47.066
Tributos diferidos s/hedge accounting		207	377
Tributos diferidos abrangentes em investida		(5.929)	377
<b>Resultado abrangente</b>	<b>83.876</b>	<b>158.963</b>	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)						
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Reservas de capital				
571.762	671	-	-	(621.727)	(47.066)	(96.360)
606.840	-	-	-	-	606.840	606.840
Instrumentos financeiros - hedge accounting	-	-	-	-	47.443	47.443
Lucro líquido do exercício (15 meses)	-	-	-	111.520	-	111.520
<b>Saldo em 31 de Março de 2023</b>	<b>1.178.602</b>	<b>671</b>	<b>-</b>	<b>(510.207)</b>	<b>377</b>	<b>765.803</b>
Aumento de capital - Nota explicativa 25	60.000	-	-	-	-	60.000
Absorção de prejuízos - Nota explicativa 24	(510.207)	-	-	510.207	-	-
Instrumentos financeiros - hedge accounting	-	-	-	-	(835)	(835)
Outros resultados abrangentes em investida	-	-	-	-	(5.929)	(5.929)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	90.640	-	90.640
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	4.532	(4.532)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(21.527)	-	(21.527)
Constituição de reserva estatutária	-	-	64.581	(64.581)	-	-
<b>Saldo em 31 de Março de 2024</b>	<b>728.395</b>	<b>671</b>	<b>4.532</b>	<b>64.581</b>	<b>(6.387)</b>	<b>888.152</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de Reais)					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31 de março		31 de março	31 de março	31 de março
	de 2024	de 2023			
Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social	123.401	(67.798)	(7.782)	42.307	31.659
Ajustado por:					
Depreciação do imobilizado e intangível	14 e 15	64.799	98.080	66.333	74.338
Amortização do ativo biológico	9	66.333	74.338	68.230	65.202
Depreciação de direito de uso	17	68.230	65.202	2.189	17.608
Valor residual dos ativos imobilizados, direitos de uso e investimentos	13 a 16	2.189	17.608	(186)	(187)
Ajuste a valor presente e provisão para perdas - contas a receber	6	(186)	(187)	35.506	32.543
Encargos financeiros parcerias a pagar	16	35.506	32.543	(13.762)	(12.495)
Resultado de equivalência patrimonial	9	13.762	(12.495)	(4.031)	(4.676)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	9	13.272	(4.676)	(14.801)	(179)
Mudança no valor justo estoques CBIOS e realização por venda					
<b>Total</b>	<b>14.801</b>	<b>(179)</b>	<b>129</b>	<b>129</b>	<b>(857)</b>

Demonstração dos Resultados Abrangentes (Em milhares de Reais)			
Nota	31 de março		Total
	de 2024	de 2023	
Outros resultados abrangentes			
Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting		(1.042)	47.066
Tributos diferidos s/hedge accounting		207	377
Tributos diferidos abrangentes em investida		(5.929)	377
<b>Resultado abrangente</b>	<b>83.876</b>	<b>158.963</b>	

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de Reais)					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31 de março		31 de março	31 de março	31 de março
	de 2024	de 2023			
Capitalização de juros imobilizado	14 e 18	42.307	31.659	42.307	31.659
Juros e variações monetárias	21	3.367	3.574	382.873	237.669
Provisão para contingências					
<b>Total</b>	<b>42.307</b>	<b>35.233</b>	<b>35.233</b>	<b>382.873</b>	<b>237.669</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de Reais)					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31 de março		31 de março	31 de março	31 de março
	de 2024	de 2023			
Capitalização de juros imobilizado	14 e 18	42.307	31.659	42.307	31.659
Juros e variações monetárias	21	3.367	3.574	382.873	237.669
Provisão para contingências					
<b>Total</b>	<b>42.307</b>	<b>35.233</b>	<b>35.233</b>	<b>382.873</b>	<b>237.669</b>

Demonstração dos Resultados Abrangentes (Em milhares de Reais)			
Nota	31 de março		Total
	de 2024	de 2023	
Outros resultados abrangentes			
Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting		(1.042)	47.066
Tributos diferidos s/hedge accounting		207	377
Tributos diferidos abrangentes em investida		(5.929)	377
<b>Resultado abrangente</b>	<b>83.876</b>	<b>158.963</b>	

Demonstração dos Resultados Abrangentes (Em milhares de Reais)			
Nota	31 de março		Total
	de 2024	de 2023	
Outros resultados abrangentes			
Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting		(1,042)	47,066
Tributos diferidos s/hedge accounting		207	377
Tributos diferidos abrangentes em investida		(5,929)	377
<b>Resultado abrangente</b>	<b>83,876</b>	<b>158,963</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Contador: Alison de Souza Brito - CRC: PR 049106/O-0

Contador: Alison de Souza Brito - CRC: PR 049106/O-0

Contador: Alison de Souza Brito - CRC: PR 049106/O-0

**Combio Energia S.A.**

CNPJ/MF nº 10.376.555/0001-96 - NIRE 35.300.358.813  
Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 11 de Abril de 2024  
1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 11 dias do mês de abril de 2024, às 10h00min, na sede social da **Combio Energia S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique, nº 30, 2º andar, Conjuntos 31 a 34, Pinheiros, CEP 05.416-000 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Paulo Antonio Skaf Filho; Secretária: Nicole Miranda Barbosa. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: (I) alteração das atividades da filial da Companhia localizada na Cidade de Piedade, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 079, Km 108, Gleba C, S/N, Jurupara, CEP 18.170-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.376.555/0011-68 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o Número de Identificação do Registro de Empresas 35.905.987.682 ("Filial 11"). (II) as formas que as atividades comerciais, e respectivos códigos de classificação (CNAE) e (III) as Atividades Econômicas ("CAE"), da Filial 11 passarão a ser as seguintes: ("Alteração das Atividades da Filial 11"); (a) a atividade principal será "Extração de Madeira em Florestas Plantadas" (CNAE 02.10-1-07); e (b) as atividades secundárias serão "Cultivo de Eucalipto" (CNAE 02.10-1-01), "Comércio Atacadista de Matéria-Prima Agrícola Não Especificadas Anteriormente" (CNAE 46.23-1-99), "Comércio Atacadista de Matéria e Produtos Derivados" (CNAE 46.71-1-00) e "Serviços sem Desdobramento de Madeira" (CNAE 16.10-2-04). **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, os Diretores deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, na forma do artigo 15(iv) do Estatuto Social da Companhia, o quanto segue: (I) aprovar a Alteração das Atividades da Filial 11; **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e, por todos os presentes, assinada. Mesa: Paulo Antonio Skaf Filho (Presidente); Nicole Miranda Barbosa (Secretária); Diretores Presentes: Paulo Antonio Skaf Filho, Roberto de Carvalho Veras Junior e Daniel Szlak. São Paulo (SP), 11 de abril de 2024. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Paulo Antonio Skaf Filho - Presidente e Diretor; Nicole Miranda Barbosa - Secretária. Diretores: Roberto de Carvalho Veras Junior, Daniel Szlak. JUCESP nº 189.757/24-3 em 28/04/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

**Promon Engenharia Ltda.**

CNPJ/MF nº 61.095.923/0001-69 - NIRE 35.208.667.597  
Extra da 89ª Alteração do Contrato Social  
Pelo presente instrumento particular: **Promon S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.726, 11º andar, conjunto 113 (parte), Edifício Spazio JK, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF nº 05.315.149/0001-83 e NIRE 35.300.192.184, neste ato representada por seus diretores Marcio Nieblas Zapater, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 30.927.307-9, SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 293.877.408-7, e Vanessa Fernanda Franco de Oliveira, brasileira, casada, administradora, portadora do RG nº 21.321.850-1, SPP/SP, inscrita no CPF/MF nº 245.560.628-70, ("Sócia"), única sócia da **Promon Engenharia Estratégia e Tecnologia Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.000.158/0001-12 e registrada no NIRE 35.217.793.117, em 28/02/24 ("Sociedade"), resolve, pelo presente instrumento: **a)** Aprovar o Instrumento de Incorporação da **Promon Engenharia Estratégia e Tecnologia Ltda.**, celebrado em 29/02/24 ("Protocolo"), que regula a incorporação total da **Promon Engenharia Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF nº 07.513.087/0001-40 e no CRC-SP nº 25P023814/0-1 ("Empresa Especializada"), responsável pela elaboração de avaliação contábil do PL da Promon Intelligens, com base em balanço levantado em 31/03/24, e emissão de respectivo Laudo de Avaliação; **c)** Aprovar o Laudo de Avaliação, apresentado pela Empresa Especializada, anexo ao Protocolo acima aprovado. Em atendimento ao disposto no §1º do artigo 1.117 do Código Civil, em decorrência da incorporação da Sociedade pelo PL, serão subscritas e integralizadas na Promon S.A. 362.555.721 quotas da P.L. mediante absorção do PL da Sociedade pela sociedade incorporadora; **d)** Em face da aprovação da incorporação, nos termos dos artigos 1.116 e 1.118 do Código Civil, declare-se extinta a Sociedade, que é sucedida, em todos os direitos e obrigações pela **Promon Engenharia Ltda.**; e) **f)** a Diretoria da Sociedade autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas, inclusive publicação dos respectivos atos de incorporação em forma de sumário. **SP, 29/02/24.** **PROMON S.A.** (Marcio Nieblas Zapater - Diretor Presidente e Vanessa Fernanda Franco de Oliveira - Diretor). Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra da Justificação da Diretoria:** A Diretoria da **Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.** ("Sociedade"), vem submeter a justificação a que se refere o artigo 225 da Lei das S/A, no sentido da incorporação total da Sociedade pela **Promon Engenharia Ltda.** ("PEL"). Atualmente, Sociedade e PEL são subsidiárias da Promon S/A, que detém 100% do capital social de ambas as sociedades. Considerando não haver operações em curso pela Promon Intelligens e a ausência de perspectivas ou oportunidades a serem por ela exploradas, a prática todos os atos necessários a incorporação da Sociedade pela **PEL**, com o objetivo de reduzir os custos decorrentes da manutenção de duas sociedades, além de consolidar o patrimônio da Sociedade na **PEL**, sociedade operacional da Organização Promon, SP, 29/02/24. Ass.: Kleber Luni Ribeiro e Heloisa Ramos de Campos Mello - diretores. Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra do Instrumento Particular de Incorporação:** **Promon Engenharia Ltda.** ("PEL") e **Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.** ("Promon Intelligens"), acima qualificadas, nos termos dos artigos 1.116 e seguintes do Código Civil, com objetivo de tratar e fixar as condições de incorporação da **Promon Intelligens pela PEL**, convençionam o seguinte: **A Promon Intelligens** será incorporada na **PEL**, com o objetivo de reduzir os custos decorrentes da manutenção de duas sociedades, além de consolidar o patrimônio da Sociedade na **PEL**, sociedade operacional da Organização Promon, SP, 29/02/24. Ass.: Kleber Luni Ribeiro e Heloisa Ramos de Campos Mello - diretores. Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra do Instrumento Particular de Incorporação:** **Promon Engenharia Ltda.** ("PEL") e **Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.** ("Promon Intelligens"), acima qualificadas, nos termos dos artigos 1.116 e seguintes do Código Civil, com objetivo de tratar e fixar as condições de incorporação da **Promon Intelligens pela PEL**, convençionam o seguinte: **A Promon Intelligens** será incorporada na **PEL**, com o objetivo de reduzir os custos decorrentes da manutenção de duas sociedades, além de consolidar o patrimônio da Sociedade na **PEL**, sociedade operacional da Organização Promon, SP, 29/02/24. Ass.: Kleber Luni Ribeiro e Heloisa Ramos de Campos Mello - diretores. Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra do Instrumento Particular de Incorporação:** **Promon Engenharia Ltda.** ("PEL") e **Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.** ("Promon Intelligens"), acima qualificadas, nos termos dos artigos 1.116 e seguintes do Código Civil, com objetivo de tratar e fixar as condições de incorporação da **Promon Intelligens pela PEL**, convençionam o seguinte: **A Promon Intelligens** será incorporada na **PEL**, com o objetivo de reduzir os custos decorrentes da manutenção de duas sociedades, além de consolidar o patrimônio da Sociedade na **PEL**, sociedade operacional da Organização Promon, SP, 29/02/24. Ass.: Kleber Luni Ribeiro e Heloisa Ramos de Campos Mello - diretores. Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra do Instrumento Particular de Incorporação:** **Promon Engenharia Ltda.** ("PEL") e **Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.** ("Promon Intelligens"), acima qualificadas, nos termos dos artigos 1.116 e seguintes do Código Civil, com objetivo de tratar e fixar as condições de incorporação da **Promon Intelligens pela PEL**, convençionam o seguinte: **A Promon Intelligens** será incorporada na **PEL**, com o objetivo de reduzir os custos decorrentes da manutenção de duas sociedades, além de consolidar o patrimônio da Sociedade na **PEL**, sociedade operacional da Organização Promon, SP, 29/02/24. Ass.: Kleber Luni Ribeiro e Heloisa Ramos de Campos Mello - diretores. Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra do Instrumento Particular de Incorporação:** **Promon Engenharia Ltda.** ("PEL") e **Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.** ("Promon Intelligens"), acima qualificadas, nos termos dos artigos 1.116 e seguintes do Código Civil, com objetivo de tratar e fixar as condições de incorporação da **Promon Intelligens pela PEL**, convençionam o seguinte: **A Promon Intelligens** será incorporada na **PEL**, com o objetivo de reduzir os custos decorrentes da manutenção de duas sociedades, além de consolidar o patrimônio da Sociedade na **PEL**, sociedade operacional da Organização Promon, SP, 29/02/24. Ass.: Kleber Luni Ribeiro e Heloisa Ramos de Campos Mello - diretores. Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra do Instrumento Particular de Incorporação:** **Promon Engenharia Ltda.** ("PEL") e **Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.** ("Promon Intelligens"), acima qualificadas, nos termos dos artigos 1.116 e seguintes do Código Civil, com objetivo de tratar e fixar as condições de incorporação da **Promon Intelligens pela PEL**, convençionam o seguinte: **A Promon Intelligens** será incorporada na **PEL**, com o objetivo de reduzir os custos decorrentes da manutenção de duas sociedades, além de consolidar o patrimônio da Sociedade na **PEL**, sociedade operacional da Organização Promon, SP, 29/02/24. Ass.: Kleber Luni Ribeiro e Heloisa Ramos de Campos Mello - diretores. Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra do Instrumento Particular de Incorporação:** **Promon Engenharia Ltda.** ("PEL") e **Promon Intelligens Estratégia e Tecnologia Ltda.** ("Promon Intelligens"), acima qualificadas, nos termos dos artigos 1.116 e seguintes do Código Civil, com objetivo de tratar e fixar as condições de incorporação da **Promon Intelligens pela PEL**, convençionam o seguinte: **A Promon Intelligens** será incorporada na **PEL**, com o objetivo de reduzir os custos decorrentes da manutenção de duas sociedades, além de consolidar o patrimônio da Sociedade na **PEL**, sociedade operacional da Organização Promon, SP, 29/02/24. Ass.: Kleber Luni Ribeiro e Heloisa Ramos de Campos Mello - diretores. Certifico que o documento foi registrado na JUCESP sob o nº 129.758/24-3, em 28/03/24. **Extra do Instrumento Particular de Incorporação:** **Promon Engenharia Ltda.</**

## RIO GRANDE DO SUL

## Sindipeças nega falta de componentes, mas montadoras falam em paralisação

Divulgação



Existe preocupação das montadoras sobre a possibilidade de faltar peças, o que levaria a paradas de produção, assim como a respeito do impacto no mercado decorrente das perdas na safra agrícola e das dificuldades nas exportações de automóveis

O Sindipeças, entidade que representa a indústria de autopeças, informou na quarta-feira que o maior impacto das enchentes no Rio Grande do Sul nas fábricas do setor aconteceu na região de Porto Alegre, onde muitas linhas estão paradas.

Em Gravataí, poucas fábricas foram afetadas. Embora a General Motors (GM) tenha decidido, como medida de segurança, suspender a produção do Onix até o fim desta semana, a maioria dos fornecedores segue operando em Gravataí, conforme levantamento do Sindipeças.

Na quarta, ao participar de entrevista coletiva da Anfavea, a associação das montadoras, o presidente do Sindipeças, Claudio Sahad, disse que, apesar das dificuldades logísticas, existem rotas alter-

nativas que permitem o funcionamento das fábricas de Gravataí. Em Caxias do Sul, onde estão instaladas muitas fábricas de componentes automotivos, as operações não foram afetadas e seguem funcionando regularmente.

"O problema mais sério acontece em Porto Alegre, mas acredito que será superado rapidamente. Não acredito que faltarão componentes para as montadoras. Se houver paradas, serão pontuais e rápidas", declarou Sahad. Ele pontuou que o Rio Grande do Sul, que responde por 12% do faturamento do setor, é um dos maiores polos de produção de peças do País.

Apesar do comentário, o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, relatou que existe preocupação das montadoras sobre a possibilidade

de faltar peças, o que levaria a paradas de produção, assim como a respeito do impacto no mercado decorrente das perdas na safra agrícola e das dificuldades nas exportações de automóveis e importações de peças que dependem da infraestrutura de portos e rodovias do Rio Grande do Sul.

Ainda que a tendência seja positiva para as vendas de veículos, Leite ponderou que a situação do Sul pode impactar o desempenho da indústria automotiva, considerando também o peso do mercado gaúcho, onde existem 680 concessionárias de veículos, que fazem 5% das vendas totais de automóveis no País. No momento, informou o presidente da Anfavea, três associadas estão com operações suspensas.

"Algumas associadas estão

preocupadas com os fornecedores que estão com operações suspensas no Rio Grande do Sul. Elas vêm trabalhando com estoques, mas com operação em sinal de alerta, em qualquer momento podem ser impactadas", disse o presidente da Anfavea.

"Estamos debruçados sobre essa questão para que o impacto seja o menor possível ou não aconteça", acrescentou Leite, ponderando, no entanto, que algumas montadoras têm alertado ao risco de terem que suspender temporariamente as atividades.

No embalo do expressivo crescimento do consumo de automóveis, a produção de veículos subiu de 24,2% no mês passado, frente a abril de 2023. Entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, foram pro-

duzidas 222,1 mil unidades, o que representa um crescimento de 13,5% frente ao volume de março.

Com o resultado do mês passado, a produção acumulada desde o início do ano chega a 760,1 mil veículos, 6,3% acima do total produzido nos quatro primeiros meses de 2023.

As vendas cresceram 37,4% no mês passado, no comparativo interanual, chegando a 220,8 mil unidades emplacadas. O volume se aproxima do patamar de antes da pandemia, já que no mesmo mês de 2019 foram comercializados 231,9 mil veículos.

Frente a março, abril mostrou crescimento de 17,6% nas vendas. De janeiro a abril, 735,4 mil veículos foram vendidos no Brasil, 16,3% acima

dos quatro primeiros meses do ano passado.

O desempenho reflete a melhora nas condições de crédito, dada a queda dos juros, e as compras das locadoras, que estão renovando suas frotas.

As exportações, por outro lado, seguem sem mostrar reação, com queda de 19,6% em abril na comparação com o mesmo mês de 2023. Na margem - ou seja, de março para abril -, a queda dos embarques foi de 16,4%. Com os 27,3 mil veículos exportados no mês passado, o total embarcado desde o início do ano soma 109,6 mil unidades, uma queda de 26%.

O balanço da Anfavea mostra ainda que as montadoras abriram 601 vagas de trabalho em abril, empregando agora 102 mil pessoas.

## TERRAS DE AVENTURA INDÚSTRIA DE ARTIGOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ Nº 35.943.604/0001-56

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais				Controladora				Consolidado							
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022			
<b>ATIVO</b>	<b>224.301</b>	<b>234.761</b>	<b>221.126</b>	<b>232.566</b>											
<b>Circulante</b>	<b>224.301</b>	<b>234.761</b>	<b>221.126</b>	<b>232.566</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	2.501	2.516	3.930	3.590											
Instrumentos financeiros derivativos	337	3.243	337	3.243											
Contas a receber de clientes	129.612	127.668	121.134	120.063											
Adiantamentos e despesas antecipadas	7.038	12.167	7.889	13.089											
Estoque	69.815	72.540	72.385	75.448											
Impostos a recuperar	13.693	15.254	14.146	15.745											
Outros créditos	1.305	1.373	1.305	1.388											
<b>Não Circulante</b>	<b>177.632</b>	<b>171.071</b>	<b>130.077</b>	<b>130.752</b>											
Depósitos judiciais	56	133	56	133											
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.368	8.816	22.368	8.816											
Mútuo a receber	60.600	59.624	-	-											
Impostos a recuperar	-	11	12	11											
Investimentos	-	52	-	-											
Imobilizado	23.713	21.316	25.885	23.752											
Ativos intangíveis	14.678	16.310	14.698	16.354											
Direito de uso	56.217	64.809	67.058	81.686											
<b>Total do ativo</b>	<b>401.933</b>	<b>405.832</b>	<b>351.203</b>	<b>363.318</b>											
<b>PASSIVO</b>															
<b>Circulante</b>															
Fornecedores e outras contas a pagar	28.963	33.387	29.179	33.612											
Empréstimos	142.526	65.198	142.526	65.198											
Instrumentos financeiros derivativos	9.218	2.407	9.218	2.407											
Instrumentos a receber	10.745	11.788	11.079	12.040											
Operação de <i>confirming</i>	17.762	24.255	17.762	24.255											
Passivo de arrendamento	16.924	15.370	22.068	20.716											
Obrigações de benefícios a empregados	14.383	11.127	14.454	11.201											
Provisões	11.598	8.229	11.598	8.229											
<b>Não Circulante</b>	<b>115.113</b>	<b>202.673</b>	<b>58.618</b>	<b>154.262</b>											
Empréstimos	-	80.000	-	80.000											
Passivo de arrendamento	47.327	57.787	54.026	70.550											
Provisões para contingências	2.031	1.797	2.031	1.797											
Passivo a descoberto de investidas	63.194	61.174	-	-											
Impostos a recolher	2.561	1.915	2.561	1.915											
<b>Total do passivo</b>	<b>367.232</b>	<b>374.434</b>	<b>316.502</b>	<b>331.920</b>											
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>34.701</b>	<b>31.398</b>	<b>34.701</b>	<b>31.398</b>											
Capital social	105.836	105.836	105.836	105.836											
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.432)	(12.332)	(7.432)	(12.332)											
Prejuízos acumulados	(63.703)	(62.106)	(63.703)	(62.106)											
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>401.933</b>	<b>405.832</b>	<b>351.203</b>	<b>363.318</b>											
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Em milhares de reais</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais</b>							
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		2023	2022			
Receita	426.011	372.881	432.551	371.407											
Custo	(146.666)	(154.043)	(146.838)	(123.857)											
<b>Lucro bruto</b>	<b>279.345</b>	<b>218.838</b>	<b>285.713</b>	<b>247.550</b>											
Despesas com vendas	(179.804)	(184.139)	(192.473)	(199.305)											
Despesas gerais e administrativas	(65.493)	(29.662)	(65.493)	(34.598)											
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	2.342	(6.838)	2.327	(6.304)											
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>36.390</b>	<b>(1.801)</b>	<b>30.074</b>	<b>7.343</b>											
Receitas financeiras	7.752	16.656	7.752	16.663											
Despesas financeiras	(52.317)	(51.896)	(52.896)	(55.157)											
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(44.565)</b>	<b>(35.240)</b>	<b>(45.144)</b>	<b>(38.494)</b>											
Resultado de equivalência patrimonial	(6.973)	1.495	-	-											
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(15.148)</b>	<b>(35.546)</b>	<b>(15.070)</b>	<b>(31.151)</b>											
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(78)	(5.013)											
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13.551	-	13.551	618											
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.597)</b>	<b>(35.546)</b>	<b>(1.597)</b>	<b>(35.546)</b>											
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Em milhares de reais</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais</b>							
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		2023	2022			
Prejuízo do exercício	(1.597)	(35.546)	(1,597)	(35,546)											
Variação cambial de investidas no exterior	4.900	1.042	4.900	1.042											
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>3.303</b>	<b>(34.504)</b>	<b>3.303</b>	<b>(34.504)</b>											
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais</b>							
1. Terras de Aventura é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto principal o Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário e Acessórios. 2. As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância da Lei 6404/76. 3. Os ativos, passivos e despesas são contabilizados segundo o princípio de competência. 4. O capital social é de R\$ 105.836 (cento e cinco milhões, oitocentos e trinta e seis mil), representado em 31 de dezembro de 2023 por 105.836 ações ordinárias.				Fluxos de caixa de atividades operacionais				Reserva							
				Prejuízo do exercício				para incentivos de avaliação							
				Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				social longo prazo							
				Depreciação				Ajuste de							
				Baixa de arrendamento				patrimonial							
				Amortização				Prejuízos acumulados							
				Baixa de imobilizado, líquida				Total							
				Baixa de intangível, líquida				Em 31 de dezembro de 2021							
				Constituição de provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes				Prejuízo do exercício							
				Ganhos/perdas provisões				Variação cambial de investida no exterior							
				Participação nos lucros de controladas				Outros resultados abrangentes							
				Impostos diferidos				Total do resultado abrangente do exercício							
				Provisão de estoques				Constituição de reservas							
				Provisão de juros sobre empréstimo e variação cambial				Total das transações com acionistas							
				Outras movimentações de imobilizado				Em 31 de dezembro de 2022							
				Outras movimentações de ativos intangíveis				Prejuízo do exercício							
				Juros e variação cambial sobre passivo de arrendamento				Variação cambial de investida no exterior							
				Outros				Total do resultado abrangente do exercício							
				Variações nos ativos e passivos				Em 31 de dezembro de 2023							
				Contas a receber de clientes e outros recebíveis				Capital social							
				Adiantamento e despesas antecipadas				para incentivos de avaliação							
				Estoques				social longo prazo							
				Depósitos judiciais				Ajuste de							
				Mútuo a receber				patrimonial							
				Obrigações de benefícios a empregados				Prejuízos acumulados							
				Impostos a recuperar				Total							
				Outros créditos				Em 31 de dezembro de 2021							
				Relatório de Auditoria: As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 8 de maio de 2024, sem modificações.				Em 31 de dezembro de 2022							
				Conselho de Administração: João Batista da Silva; Henrique Hermes; Oskar Fossati Metsavaht. Diretoria da Osklen: Luciana Bade de Oliveira; Oskar Fossati Metsavaht; Christian Beltrame Kós; José Antônio Ramos Prior. Os responsáveis pelos quadros em 2023: Diretora Financeira: Luciana Bade de Oliveira - CPF: 016.153.937-81. Controladora: Bianca Faria Lima - CRC RJ - 125970/O-2.				Em 31 de dezembro de 2023				Em 31 de dezembro de 2022			

**DESASTRES**

# Lula: governo federal investirá R\$ 18,3 bi em cidades sustentáveis

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, na quarta-feira, 8, o investimento de R\$ 18,3 bilhões para o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Seleções e o resultado das cinco modalidades do programa dos eixos Água para Todos e Cidades Sustentáveis e Resilientes. Em decorrência das fortes chuvas no Rio Grande do Sul, o governo federal afirmou que todas as propostas de obras de contenção de encostas enviadas pelo Estado foram contempladas.

As cinco modalidades são executadas pelo Ministério das Cidades. No total, 532 municípios foram contemplados, dos 26 Estados e Distrito Federal. De acordo com o Palácio do Planalto, "as seleções priorizam a melhoria na qualidade de vida no campo e nas cidades, tornando-os mais aptos a superar cenários adversos da emergência climática e oferecer melhores condições de vida para a população, con-

tribuindo para a redução das desigualdades regionais".

O eixo "Água Para Todos", que contempla a modalidade de abastecimento de água rural, terá investimento de R\$ 400 milhões. A modalidade irá abranger 247 municípios para ampliar o acesso e qualidade dos serviços de abastecimento de água em áreas rurais. Os municípios com maiores déficits de atendimento de água foram priorizados.

O segundo eixo, "Cidades Sustentáveis e Resilientes", contempla quatro modalidades. A categoria "Renovação de Frota" é a que apresenta maior investimento, na casa dos R\$ 10,576 bilhões. De acordo com o governo, o programa investirá na aquisição de 2.529 ônibus elétricos, 2.782 ônibus do modelo Euro 6 e 39 veículos sob trilhos para renovar a frota e equipamentos do transporte urbano brasileiro.

"A modalidade Renovação de Frota integra eficiência energética e baixo consumo

de combustível para melhorar o atendimento à população, contribuindo com a redução das emissões de CO2 e com a qualidade de vida nas cidades brasileiras", diz a gestão federal. "A diminuição da idade média de veículos de transporte urbano contribui também para o fortalecimento da produção dos veículos e componentes da cadeia na indústria nacional."

A segunda modalidade dentro do eixo de "Cidades Sustentáveis e Resilientes" que terá mais recursos se refere à "Periferia Viva - Urbanização de Favelas", com R\$ 5,267 bilhões. Os recursos abrangem 48 municípios.

A categoria "Prevenção de Desastres Naturais: Contenção de Encostas" contará com R\$ 1,702 bilhão para a realização de obras de contenção de encostas em 91 municípios com problemas recorrentes de deslizamentos. Diante das enchentes que acometem diversos municípios do

Rio Grande do Sul, o governo federal optou por contemplar todas as propostas de obras de contenção de encostas enviadas pelo Estado.

"Esses empreendimentos são fundamentais para a redução do risco de desastres, proporcionando condições mais dignas e seguras de moradia para a população. As intervenções ocorrem em municípios críticos nas áreas de risco alto ou muito alto e buscam soluções sustentáveis e diálogo com as comunidades locais", diz a gestão sob o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por fim, a última modalidade do eixo diz respeito à "Regularização Fundiária", que contará com o menor investimento anunciado nesta quarta-feira pelo programa, com R\$ 313 milhões. Tais recursos, que irão contemplar 197 municípios, têm como objetivo ampliar a regularidade de moradias periféricas no Brasil.

**GW BOTAFOGO PARTICIPAÇÕES S/A**  
CNPJ 11.362.764/0001-43 - NIRE 33.3.0031034-7  
**Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária**  
Ficam os senhores acionistas da GW BOTAFOGO PARTICIPAÇÕES S/A ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 15 (quinze) de maio de 2024, sendo a primeira convocação às 15:00 horas, e a segunda e última convocação às 15:30 horas, nas dependências da companhia, localizada à Rua Paulino Fernandes, nº 39 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22270-050 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma GoogleMeet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 14 de maio de 2024. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2024 - 2026. Rio de Janeiro - RJ, 07 de maio de 2024. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

**PAINEIRAS-CORCOVADO S/A**  
CNPJ 15.479.676/0001-87 / NIRE 333.00351094  
**Ata da 1ª AGO realizada em 25/04/2024**  
**1. REALIZAÇÃO:** Dia 25/04/2024, às 12h. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada, pelo comparecimento de 100% das acionistas. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Pablo Ricardo de Oliveira Mórbiis e Secretária: Evelyn Velloso Trindade. **4. DELIBERAÇÕES:** Foi aprovado, por unanimidade: **4.1.** Ratificar a nomeação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., para a elaboração do relatório anual acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023; **4.2.** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, exercício social de 2023, disponibilizados aos acionistas com a antecedência legal, publicados no Jornal Diário Comercial, nas págs. B1 e B2 do Segundo Caderno - Publicidade Legal, do dia 16/04/2024, e, no mesmo dia, no site do citado jornal, com certificação digital confirmada através do link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador?codigo=4FAB-A8E4-EE3C-8C93> ou no site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443>, código para verificação 4FAB-A8E4-EE3C-8C93, sendo o Hash do Documento 0EA6D410CBFD8A69C3B0E4798EB7D06A6451E0668FA1A44D703FA2677FC2F7E5; **4.3.** A empresa possuía saldo de Reserva de Lucros de anos anteriores de R\$7.744.805,85 e Reserva Legal de R\$ 54.321,92, foi distribuída às acionistas a totalidade do saldo da conta de Reserva de Lucros referente a lucros de anos anteriores. Quanto ao lucro líquido auferido, no exercício, no montante de R\$ 11.360.798,30, foi destinado: a) R\$ 206.053,88 à conta de Reserva Legal, passando o saldo da conta a ser R\$ 260.375,80; b) R\$ 9.524.540,84 aos Dividendos, distribuídos antecipada e proporcionalmente às acionistas; e c) R\$ 1.630.203,58 à conta de Reserva de Lucros a realizar, passando este a ser o saldo da conta. **4.4.** Fixar para os Diretores a remuneração anual global de até R\$ 200.000,00. Mesa de Assinaturas: Presidente - Pablo Ricardo de Oliveira Mórbiis; Secretária - Evelyn Velloso Trindade. Extrato de ata registrada na JUCERJA em 07/05/2024, sob nº 00006223031.

**ONCOLOGIA REDE D'OR S.A.**  
CNPJ nº 28.000.107/0001-59 - NIRE 33.3.0030101-1  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
Ficam os senhores acionistas da Oncologia Rede D'Or S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 17 de maio de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Sorocaba, 654, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.271-011, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; 2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023. Rio de Janeiro/RJ, 08 de maio de 2024. Diretoria.

**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Nilópolis**  
**PORTARIA Nº 17 DE 02 DE MAIO DE 2024.**  
O Senhor ZÉ RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Nilópolis, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor:  
**RESOLVE:**  
Exonerar a Servidora Cristina da Silva Simões Telles, mat. 4154, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor do Departamento Administrativo V, a partir de 02 de maio de 2024 e Nomear a Servidora Viviane Cavalcante Heuly, mat. 4188, no cargo de Provimento em Assessor do Departamento Administrativo V da Câmara Municipal de Nilópolis, a partir de 02 de maio de 2024.  
Câmara Municipal de Nilópolis, 02 de maio de 2024.  
**ZE RIBEIRO**  
PRESIDENTE

**AQUA-RIO AQUÁRIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S.A.**  
CNPJ 19.624.745/0001-50 - NIRE 33.3.0030992-6  
**Ata da 8ª AGO realizada por videoconferência em 25/04/2024**  
**1. REALIZAÇÃO:** Dia 25/04/2024, às 10h30. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada, pelo comparecimento de 100% das acionistas. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Pablo Ricardo de Oliveira Mórbiis e Secretária: Evelyn Velloso Trindade. **4. DELIBERAÇÕES:** Foi aprovado, por unanimidade: **4.1.** Ratificar a nomeação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., para a elaboração do relatório anual acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício de 31/12/2023; **4.2.** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes, exercício social de 31/12/2023, disponibilizados com a antecedência legal, publicados no Jornal Diário Comercial, nas págs. B10 à B12 do Segundo Caderno - Publicidade Legal, do dia 17/04/2024, e, no mesmo dia, no site do citado jornal, com certificação digital confirmada através do link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador?codigo=3FF2-E30F-9C88-88B0> ou no site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443>, código para verificação 3FF2-E30F-9C88-88B0, sendo o Hash do Documento AF4DEA6DB9F953307B3EB974C7C4B27E0A9AE0913C6E0731458EBD0567C0D215; **4.3.** Considerando que a empresa possuía Reserva de Lucros de anos anteriores de R\$ 14.756.605,55 e Reserva Legal de R\$ 2.640.966,92, sendo este o saldo final da conta em 2023, foi distribuído às acionistas R\$ 5.571.126,12, ficando um saldo de Reserva de Lucros de anos anteriores de R\$ 9.185.479,43. Quanto ao lucro líquido do exercício de R\$ 33.899.523,08, destinou: a) R\$ 8.474.880,77 aos dividendos, distribuídos às acionistas antecipadamente; b) R\$ 25.424.642,31 para a conta de Reserva de Lucros, passando o saldo da conta a ser R\$ 34.610.121,74. **4.4.** Fixar para os Diretores a remuneração anual global de até R\$ 200.000,00. Assinaturas Mesa: Presidente - Pablo Ricardo de Oliveira Mórbiis; Secretária - Evelyn Velloso Trindade. Extrato de ata registrada na JUCERJA em 07/05/2024, sob nº 00006222649.

**PORTO SUDESTE V.M. S.A.**  
CNPJ/MF nº 18.494.485/0001-82 - NIRE 33.3.0030837-7  
**Companhia Aberta**  
**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024**  
**1. Data, Hora e Local:** Aos 16 dias do mês de abril de 2024, às 19:00 horas, em reunião realizada remotamente por vídeo conferência, conforme autoriza a cláusula 14, parágrafo 2º do estatuto social ("Estatuto Social") da Porto Sudeste V.M. S.A. ("Companhia"). **2. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Oscar Pekka Fahlgren e secretariados pelo Sr. Manuel Fares Hermeto. **3. Convocação e Presença:** Dispensada a exigência de envio do aviso de convocação, nos termos da cláusula 14, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), por estarem presentes todos os membros do conselho de administração da Companhia, mencionados ao final da presente ata. **4. Ordem do Dia:** (i) recomendar a aprovação do aumento de capital da Companhia; e (ii) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"). **5. Deliberações Tomadas:** Após análise e discussão, os membros do conselho de administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e deliberaram o quanto segue: **5.1. Recomendação de aprovação do aumento de capital:** Recomendar à Porto Sudeste do Brasil S.A. ("Porto Sudeste"), única acionista da Companhia, a aprovar o aumento do capital social proposto no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante a emissão de 3.000.000 (três milhões) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,05 (cinco centavos), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, a ser integralizado mediante a capitalização de créditos detidos pela acionista Porto Sudeste em face da Companhia decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital social da Companhia, nos termos do instrumento de adiantamento para futuro aumento de capital celebrado entre a Companhia e a Porto Sudeste para formalizar o aporte de capital realizado em 31 de outubro de 2023, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). **5.2. Convocação da AGE:** Aprovar a convocação da AGE para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (1) aprovar a realização do aumento de capital da Companhia; (2) aprovar a alteração da cláusula 5ª do estatuto social da Companhia a fim de refletir o aumento do capital social e sua consolidação; e (3) autorizar a administração a praticar todos os atos necessários para completar e efetivar o aumento de capital. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Oscar Pekka Fahlgren - presidente; Manuel Fares Hermeto - secretário. **Membros do conselho de administração:** Oscar Pekka Fahlgren, William Kenneth Loughnan, Kelly Michele Thomson e Carlos Bernardo Pons Navazo. *Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.* Itaguaí, 16 de abril de 2024. **Manuel Fares Hermeto - SECRETÁRIO.** Jucerja nº 6220658, em 06/05/2024. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

**BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A.**  
CNPJ/MF nº 08.774.784/0001-17 - NIRE 33.300.281.878  
**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2024, às 11:00 horas**  
**Data, Hora e Local:** Realizada de forma digital aos 18/04/2024, às 11:00 horas, na sede da BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A., na Avenida Duque de Caxias, nº 443, Chácara Mariléa, Rio das Ostras-RJ ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a Convocação. **Publicações:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados, de forma digital e físico, no jornal Diário Comercial, na página B6, na edição de 16/04/2024, e na página de relação com investidores da Companhia ([www.brkambiental.com.br](http://www.brkambiental.com.br)). **Presenças:** (i) Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia; e (ii) Sr. Ricardo Antonio e Alexandre Maia Santiago, representante da administração da Companhia, dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes"). **Mesa:** Gabriela Velloso Tavares, Presidente; e Rodolfo Duarte Bruscaín, Secretário. **Ordem do Dia:** (1) as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (2) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (3) a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; e (4) a substituição do auditor independente da Companhia. **Deliberações:** instalada a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da Companhia, após apresentação das matérias, o acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolve, autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e: (1) aprovar, após esclarecimentos dos representantes da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia no último exercício social, as demonstrações financeiras, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; (2) R\$ 19.341.835,50, da seguinte forma: (i) R\$ 967.091,78, equivalentes a 5% do lucro líquido apurado, destinado à Reserva Legal, nos termos do Art. 193 da Lei das S.A.; (ii) R\$ 4.593.685,93, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos termos do Art. 202 da Lei das S.A.; (iii) R\$ 12.481.057,79, para distribuição de dividendos adicionais propostos; e (iv) R\$ 1.300.000,00, distribuídos no exercício social encerrado em 31/12/2023, a título de Juros sobre Capital Próprio. Em ato contínuo, os acionistas da Companhia, aprovaram, por unanimidade, destinar os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 4.593.685,93 e os dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 12.481.057,79, para a conta de reserva de retenção de lucros, totalizando o valor de R\$ 17.074.743,72; e (4) a substituição do atual auditor independente, qual seja a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., CNPJ/MF nº 49.928.567/0001-11 e CVM sob o nº 3859, com início das suas atividades em abril/2024. **Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Rio das Ostras/RJ, 18/04/2024. **Mesa:** Gabriela Velloso Tavares, Presidente; e Rodolfo Duarte Bruscaín, Secretário. **Acionista:** BRK Ambiental - Rio das Ostras Participações S.A. e BRK Ambiental Participações S.A. (representada nos termos do Estatuto Social). Rodolfo Duarte Bruscaín - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 07/05/2024 sob o nº 00006222755 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00355176-1 de 22/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**GOVERNO FEDERAL**  
BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DA 1ª REGIÃO MILITAR - RJ  
MINISTÉRIO DA DEFESA  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico nº 90002/2024 - UASG 160303**  
Nº Processo: 64006.000314/2024. Objeto: Aquisição de materiais de consumo emcomsonância ao Programa de Auditoria em Segurança Alimentar (PASA).. Total de Itens Licitados: 133. Edital: 09/05/2024 das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h00. Endereço: Pça Duque de Caxias 25 - 1º Andar da Ala Marçílio Dias - Centro, - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/160303-5-90002-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 09/05/2024 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 21/05/2024 às 09h30 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: .  
**ALINSON DE PAULA**  
Ordenador de Despesas

**RIOZOO ZOOLOGICO DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ 26.136.828/0001-65 - NIRE 33.3.0032135-7  
**Ata da 4ª AGO realizada por videoconferência em 25/04/2024**  
**1. REALIZAÇÃO:** Dia 25/04/2024, às 11h. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada, pela presença da sua acionista. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Pablo Ricardo de Oliveira Mórbiis; Secretária: Evelyn Velloso Trindade. **4. DELIBERAÇÕES:** Foi aprovado: **4.1.** Ratificar a nomeação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., para a elaboração do relatório anual acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023; **4.2.** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, exercício social de 2023, disponibilizados à única acionista com a antecedência legal, publicados no Jornal Diário Comercial, nas págs. B3 a B4 do Segundo Caderno - Publicidade Legal, do dia 16/04/2024, e, no mesmo dia, no site do citado jornal, com certificação digital confirmada através do link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador?codigo=4FAB-A8E4-EE3C-8C93> ou no site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443>, código para verificação BA7A-8369-427E-A64D, sendo o Hash do Documento 0EA6D410CBFD8A-69C3B0E4798EB7D06A6451E0668FA1A44D703FA2677FC2F7E5; **4.3.** Aprovar o resultado do Exercício de 2023, o qual foi negativo e corresponde ao Prejuízo Líquido de R\$ 9.475.521,59. Dado que o prejuízo acumulado de 2022 correspondia a R\$24.268.994,35, o prejuízo acumulado de 2023 passa a ser R\$ 33.744.515,94. **4.4.** Fixar para os Diretores a remuneração anual global de até R\$ 200.000,00. Mesa de Assinaturas: Presidente - Pablo Ricardo de Oliveira Mórbiis; Secretário - Ricardo Beraldi Porto. Extrato de Ata registrada na JUCERJA em 07/02/2024, sob nº 00006222570.

**METROBARRA S.A.**  
CNPJ/MF: 17.339.410/0001-64 - NIRE: 33.3.0030575-1  
Companhia Fechada  
**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2024. 1. Data, hora e local:** Realizada no dia 26 de março de 2024, às 14h30, na sede da Metrobarra S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 2.700, Parte, Cidade Nova, CEP 20.210-031. **2. Convocação:** Dispensada nos termos do parágrafo 2º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia. **3. Presença:** (i) Conselheiros: Breno Ricardo Toshio Nakai, Stefano Pelosof e Guilherme Walder Mora Ramalho ("Conselho"); e (ii) Convidada: Sra. Amanda Passos de Moraes, também convidada para secretariar a reunião. **4. Mesa:** Presidente: Breno Ricardo Toshio Nakai; Secretária: Amanda Passos de Moraes. **5. Ordem do Dia:** Os membros do Conselho de Administração reuniram-se para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) manifestar-se sobre o Relatório dos Auditores Independentes, Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta, a ser submetida à assembleia geral da Companhia, de destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) autorizar a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e (iv) autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários para a efetivação das matérias aprovadas na presente reunião. **6. Assuntos e Deliberações:** O Conselho aprova sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos: **6.1. Manifestar-se sobre o Relatório dos Auditores Independentes, Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos votos, manifestou-se no sentido de encaminhar à Assembleia Geral Ordinária da Companhia o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme documentos que serão publicados no Diário Comercial do Rio de Janeiro, recomendando que tais documentos, sejam aprovados, sem ressalvas ou restrições, pela Acionista da Companhia. **6.2. Deliberar sobre a proposta, a ser submetida à assembleia geral da Companhia, de destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos votos, aprovou a proposta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 52.639.177,41, a serem absorvidos pelos prejuízos acumulados, conforme tabela abaixo:  

	<b>Em R\$</b>
Prejuízos acumulados no exercício de 2022	(176.379.433,79)
Absorção do lucro líquido do exercício de 2023	52.639.177,41
<b>Saldo dos Prejuízos acumulados em 31/12/2023</b>	<b>(123.740.256,38)</b>

Face à inexistência de resultado positivo no exercício social, não houve proposta para distribuição de lucros ou constituição de reservas. **6.3. Autorizar a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos votos, autorizou a convocação do acionista da Companhia para se reunir em Assembleia Geral Ordinária. **6.4. Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários para a efetivação das matérias aprovadas na presente reunião:** O Conselho, por unanimidade dos presentes, autorizou a Diretoria a praticar todos os atos necessários para a efetivação das matérias aprovadas na presente reunião. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada, a qual depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os conselheiros presentes e pela secretária. Mesa: Breno Ricardo Toshio Nakai - Presidente; e Amanda Passos de Moraes - Secretária. Conselheiros: Srs. Breno Ricardo Toshio Nakai, Stefano Pelosof e Guilherme Walder Mora Ramalho. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024. **Amanda Passos de Moraes - Secretária.** JUCERJA nº 6211830 em 30/04/2024.

**ALTO PAINEIRAS-CORCOVADO ARTES E LANCHES S/A**  
CNPJ 42.967.599/0001-87 - NIRE 33300339493  
**Ata da 3ª AGO realizada por videoconferência em 25/04/2024. 1. REALIZAÇÃO:** Dia 25/04/2024, às 13h. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada, pela presença da sua acionista controladora. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Pablo Ricardo de Oliveira Mórbiis; Secretária: Evelyn Velloso Trindade. **4. DELIBERAÇÕES:** Foi aprovado: **4.1.** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, disponibilizado à acionista controladora com a antecedência legal, publicados no Jornal Diário Comercial, na página 15, do dia 19/04/2024, e, no mesmo dia, no site do citado jornal, com certificação digital confirmada através do link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador?codigo=BEBE-62F2-E7A4-7F4A> ou no site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443>, código para verificação Código para verificação: BEBE-62F2-E7A4-7F4A, sendo o Hash do Documento 191331E352CD7250CC5B122D5EA89A7F89A3333F18A-9A36D5CAD8B0C8B191A6B; **4.3.** Considerando que a empresa possuía Reserva de Lucros de anos anteriores de R\$ 181.918,98 e Reserva Legal de R\$ 51.679,94, foi distribuída à acionista controladora a totalidade do saldo da conta de Reserva de Lucros de anos anteriores. Quanto ao lucro líquido auferido, no exercício, de R\$ 1.753.408,81, foi destinado: a) R\$ 87.670,44 à conta de Reserva Legal passando a apresentar o saldo em 2023 de R\$ 139.350,38; b) R\$ 1.418.081,02 aos dividendos, distribuídos à acionista controladora, antecipadamente; e c) R\$ 247.657,35 para a conta de Reserva de Lucros, passando este a ser o saldo da mesma. **4.4.** Fixar para os Diretores a remuneração anual global de até R\$60.000,00. Mesa: Presidente - Pablo Ricardo de Oliveira Mórbiis; Secretário - Ricardo Beraldi Porto. Extrato da Ata registrada na JUCERJA em 07/05/2024, sob nº 00006222998.

**O Diário Comercial oferece um atendimento ágil e o melhor custo-benefício.**  
**Fale com quem entende de Publicidade Legal.**  
• Atas • Balanços • Editais  
• Avisos • Comunicados • Fatos Relevantes  
**Diário Comercial**  
[www.diariocomercial.com.br](http://www.diariocomercial.com.br)

**O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.**



**Fale com quem entende de Publicidade Legal.**

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

**Diário Comercial**

[www.diariocomercial.com.br](http://www.diariocomercial.com.br)

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A277-17CA-7AA8-7D34> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A277-17CA-7AA8-7D34



### Hash do Documento

F1095ACEA2F093D0560B6AA0A3CC73D978FAAEB64BCD4BA9B669438FD8ECB2F8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/05/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 08/05/2024 21:15  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

